

# Diário Oficial

## Estado de Pernambuco

Ano XCI • Nº 127

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 6 de agosto de 2014

## Emanuel Bringel assume mandato na Assembleia

### Deputado foi empossado após licença de Betinho Gomes

Após fazer juramento solene, no início da Reunião Plenária da manhã de ontem, Emanuel Bringel (PSDB) assumiu mandato de deputado na vaga de Betinho Gomes, da mesma legenda, que se licenciou por 120 dias para se dedicar a campanha eleitoral e não prejudicar a atividade legislativa.

Empresário do setor gestor, Emanuel Bringel, 65 anos, foi prefeito de Araripina por dois mandatos entre 1997 e 2004. No ano seguinte, chegou pela primeira vez ao Legislativo Estadual. Num breve pronunciamento na tribuna, o novo deputado agradeceu a oportunidade de retornar à Casa de Joa-



ATO - Emanuel Bringel presta juramento no Plenário da Casa

quim Nabuco e se comprometeu a ser “mais uma voz a serviço do povo do Araripe no Parlamento estadual”.

O tucano, primeiro suplente do PSDB, disse ainda que vai defender a implantação de uma unidade do

Instituto Médico Legal (IML) no Hospital Regional de Ouricuri. “Atualmente a região tem 600 mil habitantes e a unidade mais próxima de verificação de óbitos fica em Petrolina”, explicou.

Bringel informou, ainda, que lutará pela instalação de uma nova Companhia Independente da Polícia Militar que atenda à população de Araripina, Ipubi e Trindade, com o objetivo de melhorar a segurança pública na região.

O presidente da Casa Joaquim Nabuco, deputado Guilherme Uchoa (PDT), e deputada Laura Gomes (PSB) deram as boas-vindas ao deputado.

## Políticas Públicas

### Núcleo contra tráfico de mulheres em Ipojuca

O trabalho do Núcleo Municipal de Prevenção ao Tráfico de Mulheres, órgão ligado à Secretaria da Mulher de Ipojuca, na Região Metropolitana, foi destacado pela deputada Laura Gomes (PSB), na manhã de ontem, em Plenário. Ela classificou a iniciativa como pioneira no Brasil e apresentou um Voto de Aplausos à secretária Dorra Pires.

“Ela também é secretária nacional de mulheres do Partido Socialista Brasileiro, tem a sensibilidade necessária para promover a discussão sobre um tema relevante como este e desempenha um papel de destaque na gestão municipal”, citou.

Laura Gomes ressaltou um ciclo de palestras promovido pelo núcleo nas escolas estaduais dos distritos de Nossa Senhora do Ó e de Porto de Galinhas, intitulado *Tráfico de mulheres: Ipojuca diz não!*. Segundo a deputada, o



TRIBUNA - Laura Gomes

evento, que ocorreu na Semana Nacional de Mobilização pelo Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, teve o objetivo de orientar estudantes sobre como prevenir e denunciar o tráfico de mulheres. “Conforme a Organização das Nações Unidas, esse tipo de violência atinge 2 milhões de pessoas no mundo, sendo as mulheres as principais vítimas”, disse.

## Comenda

### Justiça aprova entrega de Medalhas Leão do Norte

O retorno das atividades da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) da Assembleia Legislativa foi marcado pela aprovação de matérias prevendo a concessão de Medalhas Leão do Norte, Classe Ouro, a pessoas e entidades que se destacam pelo trabalho realizado em prol da sociedade e de Pernambuco. As comendas serão entregues em Reunião Solene no mês de setembro.

A medalha, cunhada em bronze e na cor dourada, pode ser concedida em 11 méritos. Ontem, o colegiado aprovou o Projeto de Resolução nº 2053/2014, de autoria do deputado Isaltino Nascimento (PSB), concedendo a Medalha Leão do Norte Mérito Direitos Humanos Hebert de Souza ao



COLEGIADO - Comissão de Justiça realizou a primeira reunião ordinária do semestre

cacique do povo Xukuru Marcos Luindson de Araújo; o de nº 2054/2014, proposto pelo deputado Daniel Coelho (PSDB), concedendo a mesma medalha, no Mérito Educacional Paulo Freire, ao monge beneditino

e escritor Marcelo Barros; e o de nº 2055/2014, apresentado pelo deputado Tony Gel (PMDB), que concede a medalha, no Mérito Cultural Gilberto Freyre, ao Instituto Ricardo Brennand. As matérias foram relatadas

pelo deputado Antônio Moraes (PSDB).

Na opinião da presidente do CCLJ, deputada Raquel Lyra (PSB), o segundo semestre deverá ser tão produtivo quanto o primeiro, no que se refere à discussão de matérias.

## PLENÁRIO

### PE-95 à espera de obras

A precariedade da PE-95, que liga a cidade de Limoeiro a Caruaru, foi tema do pronunciamento do deputado Antônio Moraes (PSDB) ontem de manhã. Durante o Pequeno Expediente, o parlamentar voltou a solicitar ao Governo do Estado agilidade no início das obras de recuperação da estrada, que passa por Passira, Cumaru e Riacho das Almas, todas no Agreste. “A rodovia está com muitos buracos, não tem acostamento e o número de acidentes vem aumentando”, afirmou. De acordo com Moraes, os serviços foram licitados e a empresa já foi contratada. Enquanto a situação não se resolve, os comerciantes e a população sofrem, diz o parlamentar. “No último sábado, por exemplo, havia congestionamento de carros na saída de Caruaru para Riacho das Almas, não só devido ao grande fluxo de veículos, mas também pela pouca velocidade desenvolvida na via devido aos buracos”, citou.



Atos

ATO Nº 982/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 083/2014, do Deputado Betinho Gomes,

**RESOLVE:** tornar sem efeito o Ato nº 964/2014, publicados no Diário Oficial do Poder Legislativo, do dia 10 de julho do corrente ano.

Sala Torres Galvão, 5 de agosto de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**  
Presidente

ATO Nº. 983/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 071/2014, da Deputada Laura Gomes,

**RESOLVE:** exonerar **JACI PEREIRA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **VALTER COSTA JÚNIOR**, nos termos da Lei nº11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 5 de agosto de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**  
Presidente

ATO Nº 984/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº707565/2014, do Deputado Isaltino Nascimento,

**RESOLVE:** exonerar e nomear os servidores dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de agosto do corrente ano, nos termos da Lei nº. 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
JESSE BARROS DOS SANTOS	Chefe de Gabinete / PL-CGC	_____	_____
WALLACE LUIZ ALVES DE SOUZA	Secretário Parlamentar / PL-SPC	_____	_____
FREDERICO EDUARDO PEREIRA DE ALMEIDA	_____	Chefe de Gabinete / PL-CGC	36%
MARIA SOLANGE DA SILVA LOPES	_____	Secretário Parlamentar / PL-SPC	120%

Sala Torres Galvão, 5 de agosto de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**  
Presidente

ATO Nº. 985/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício n.º024/2014, da Auditoria,

**RESOLVE:** exonerar a servidora **CRISTIANA MARIA VELOSO RAPHAEL**, do cargo de Assessor Consultivo em Previdência, Símbolo PL-CPD-2, daquela Auditoria, nos termos da Lei nº14.659/12, com alterações que lhes foram dadas pelas Lei nº15.161/13.

Sala Torres Galvão, 5 de agosto de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**  
Presidente

ATO Nº 986/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº13/2014, do Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, **Deputado Clodoaldo Magalhães**,

**RESOLVE:** criar o Grupo Temporário de Trabalho para atuar no período de **01 de agosto a 30 de novembro de 2014**, junto à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação (CFOT), nas fases de Preparação e Análise do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015,

PODER LEGISLATIVO



**MESA DIRETORA:** **Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho ; **3º Secretário**, Deputado Sebastião Oliveira Júnior; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Sérgio Maurício Coutinho Côrrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Braulio José de Lira C. Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Queiroz Dourado; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Fabiane Cavalcanti; **Subeditora** - Manoela Moreira; **Repórteres** - Anselmo Monteiro, Fernandino Neto, Mirella Lemos, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Verônica Barros e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bita, Rinaldo Marques e Williams Aguiar (estagiário); **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** [scom@alepe.pe.gov.br](mailto:scom@alepe.pe.gov.br)

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2015 e da Revisão do Projeto de Lei do Plano Prurianual 2012 – 2015, em cumprimento do disposto no Art. 2º da LEI Estadual nº13.299, de 21 de setembro de 2007, indicando conforme planilha abaixo, os nomes dos servidores para compor o referido GTT:

NOME	FUNÇÃO
JEAN NOEL DE MELO ROCHA	Coordenador Geral
FERNANDO ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA	Coordenador Adjunto
EDÉCIO RODRIGUES DE LIMA	Analista Técnico
NORBERTO ANTÔNIO DE FREITAS	Analista Técnico
REGINALDO MELO DE MORAES	Analista Técnico
LEANDRO RAFAEL DE MELO AGUIAR	Secretário Geral
THIAGO MOREIRA VIANA DE BARROS	Apoio de Informática
CLAYTON JOSÉ ARAÚJO DE AGUIAR	Apoio de Informática
ADRIANA AUXILIADORA MEDEIROS DE MORAES	Apoio Legislativo
CÁSSIA MARIA LINS VILARIM SILVA	Apoio Legislativo
MARIA DAS GRAÇAS F. VASCONCELOS	Apoio Legislativo
ANDERSON CAVALCANTI GALVÃO	Apoio Legislativo

Sala Torres Galvão, 5 de agosto de 2014.

Deputado **GUILHERME UCHOA**  
Presidente

Ordem do Dia

**Septuagésima Quinta Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 06 de agosto de 2014, às 10:00 horas.**

Ordem do Dia

**Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 2036/2014**  
**Autor: Ministério Público**

Altera dispositivos e Anexos da Lei nº 12.956, de 16 de dezembro de 2005, modificada pela Lei nº 13.536, de 8 de setembro de 2008, pela Lei nº 13.134, de 14 de novembro de 2006, e pela Lei nº 14.031, de 31 de março de 2010, e dá outras providências.

**Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.**

**DIÁRIO OFICIAL DE - 06/06/2014**

**Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 2049/2014**  
**Autor: Ministério Público**

Altera dispositivos e Anexos da Lei nº 12.956, de 16 de dezembro de 2005, modificada pela Lei nº 13.536, de 8 de setembro de 2008, pela Lei nº 13.134, de 14 de novembro de 2006, e pela Lei nº 14.031, de 31 de março de 2010, e dá outras providências.

**Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.**

**DIÁRIO OFICIAL DE - 13/06/2014**

**Discussão Única da Indicação nº 8552/2014**  
**Autora: Dep. Terezinha Nunes**

Apelo ao Secretário de Educação e Cultura do Estado no sentido de incluir turmas da 6ª à 9ª séries na Escola Municipal Agamenon Magalhães, localizada na Rua Sítio Fragoso, no município de Paulista, neste Estado.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 05/08/2014**

**Discussão Única do Requerimento nº 3577/2014**  
**Autor: Dep. Ricardo Costa**

Voto de Congratulações com a população do município de Água Preta pela passagem dos seus 122 anos de emancipação política, transcorrida no dia 3 de agosto do corrente ano.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 05/08/2014**

**Discussão Única do Requerimento nº 3578/2014**  
**Autor: Dep. Zé Maurício**

**Solicita que seja realizado um Grande Expediente em caráter Especial no dia 11 de setembro do corrente ano, em homenagem aos 24 anos de atividade da Rádio Maranata FM.**

**DIÁRIO OFICIAL DE - 05/08/2014**

Afas

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2014, ÀS 14:30 HORAS..**

**PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHÔA**

AOS 27 (VINTE E SETE) DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 14 (QUATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, ISALTINO NASCIMENTO, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE, SILVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ANTÔNIO MORAES, HENRIQUE QUEIROZ, MANOEL SANTOS, RAQUEL LYRA, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR E WALDEMAR BORGES, FALTARAM OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA E VINÍCIUS LABANCA, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS E ADALTO SANTOS, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DAS ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS REALIZADAS NO DIA VINTE E SEIS DO CORRENTE, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE AS SUBMETEM À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADAS, SÃO ENVIADAS À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO TERESA LEITÃO PARA COMENTAR O NOVO RECORDE DE INSCRITOS

NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) ESTE ANO, DESTACANDO QUE O NÚMERO DE CANDIDATOS CRESCEU MAIS DE 21,8% EM RELAÇÃO A 2013, CHEGANDO A NOVE E MEIO MILHÕES DE ESTUDANTES, DEMONSTRANDO A CONFIANÇA NO ENEM, QUE ESTÁ CONQUISTANDO INCLUSIVE, O RECONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, EM PORTUGAL. O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR SOLICITA À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE PERNAMBUCO E AO GOVERNO DO ESTADO A RECUPERAÇÃO DA PE-365, QUE LIGA OS MUNICÍPIOS DE TRIUNFO, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE E SERRA TALHADA, A VIA CONHECIDA NA REGIÃO COMO “RODOVIA DA MORTE”, DEVIDO AO NÚMERO DE ACIDENTES COM VÍTIMAS FATAIS PROVOCADOS PELOS BURACOS NA PISTA, FALTA DE ACOSTAMENTO E DE SINALIZAÇÃO. O DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI REGISTRA O FIM DO RACIONAMENTO D’ÁGUA EM ARCOVERDE, INFORMANDO QUE A COMPESA DEU INÍCIO AOS PRIMEIROS TESTES NA TUBULAÇÃO DA ADUTORA DO JATOBÁ, QUE ACABA DE SER DUPLICADA, COM PREVISÃO É CONCLUSÃO ATÉ O FINAL DA SEMANA. O DEPUTADO TEREZINHA NUNES INFORMA O PEDIDO DE CANONIZAÇÃO DE DOM HELDER CÂMARA, QUE SERÁ ENCAMINHADO A ROMA PELO ARCEBISPO DE OLINDA E RECIFE, DOM FERNANDO SABURINO, CLASSIFICANDO A INICIATIVA COMO MUITO IMPORTANTE, POR SE TRATAR DO RECONHECIMENTO A UM HOMEM QUE FOI UM VERDADEIRO SANTO. O DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO, ÚLTIMO ORADOR DO PEQUENO EXPEDIENTE DESTACA A 14ª ASSEMBLEIA DO POVO XUKURU DE ORORUBÁ, OCORRIDA ENTRE OS DIAS 17 E 19 DE MAIO, NA ALDEIA PEDRA D’ÁGUA, TERRA INDÍGENA LOCALIZADA EM PESQUEIRA, RESSALTANDO A IMPORTÂNCIA E OS CUIDADOS NECESSÁRIOS COM A ÁGUA, CONSIDERADA FONTE DE VIDA E ESPIRITUALIDADE. FINALIZA LENDO A CARTA DO ENCONTRO, QUE REUNIU REPRESENTANTES DE 24 ALDEIAS E ENTIDADES RELACIONADAS AOS POVOS INDÍGENAS. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO DANIEL COELHO, ÚNICO ORADOR DO GRANDE EXPEDIENTE RESSALTA A FALTA DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS CRIANÇAS E JOVENS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, ATENDIDAS PELA ESCOLA ESPECIAL ULISSES PERNAMBUCANO, NO BAIRRO DE SANTO AMARO, APONTANDO CONTRADIÇÃO ENTRE AS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E A REALIDADE DOS ESTUDANTES E FAMILIARES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO ESPECIAL DO ESTADO, INDICANDO TAMBÉM DIFICULDADE NO FORNECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO E NA INFRAESTRUTURA. O ORADOR É APARTEADO PELOS DEPUTADOS TEREZINHA NUNES, TERESA LEITÃO E ISALTINO NASCIMENTO. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. ABERTA A DISCUSSÃO EM PLENÁRIO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE Nº 1928/2014 E NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, O SENHOR PRESIDENTE A ENCERRA. EM SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE INFORMA AO PLENÁRIO QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL. ASSUMEM A PRIMEIRA-SECRETARIA E A SEGUNDA-SECRETARIA OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E CLAUDIANO MARTINS FILHO, RESPECTIVAMENTE. LOGO APÓS, O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA AO PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA A CHAMADA NOMINAL DOS SENHORES PARLAMENTARES PARA VOTAÇÃO. ISTO FEITO VOTAM SIM OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, ISALTINO NASCIMENTO, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO (40). DEIXARAM DE VOTAR OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, ANTÔNIO MORAES, HENRIQUE QUEIROZ, MANOEL SANTOS, RAQUEL LYRA, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, POR ESTAREM AUSENTES DO PLENÁRIO E O DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, PRESIDENTE DESTA PODER, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ART. 65, INCISO IV, ALÍNEA C, DO REGIMENTO INTERNO (09). SENDO, POR CONSEQUENTE, APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1928/2014. SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nº 1528/2013, JUNTAMENTE COM EMENDA MODIFICATIVA Nº 01; 1629/2013 E O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1888/2014. SÃO APROVADOS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nº 1828/2014 E 1917/2014. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS 8051/2014 A 8866/2014 E OS REQUERIMENTOS NºS 3438/2014 A 3442/2014. O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES NºS 8082/2014 A 8108/2014, OS REQUERIMENTOS NºS 3454/2014 A 3462/2014 E ENCAMINHA ÀS PRIMEIRA, SEGUNDA, TERCEIRA, QUINTA E NONA COMISSÕES O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2025/2014, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. O SENHOR PRESIDENTE COMUNICA QUE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1794/2014 FOI PREJUDICADO EM FACE DA APROVAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1783/2014. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER SOLENE, PARA LOGO MAIS ÀS DEZOITO HORAS E QUARENTA MINUTOS, PARA ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO AO SENHOR GILVAN SILVA DE OLIVEIRA.

REPUBLICADA

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 10:00 HORAS..**

**PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS**

AOS 04 (QUATRO) DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 10 (DEZ) HORAS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DANIEL COELHO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, ISALTINO NASCIMENTO, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, PASTOR CLEITON COLLINS, RAMOS, RAQUEL LYRA, RILDO BRAZ, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, AGLAILSON JÚNIOR, BOTAFOGO FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, FRANCISMAR PONTES, HENRIQUE QUEIROZ, MANOEL SANTOS, ODACY AMORIM, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, TERESA LEITÃO E VINÍCIUS LABANCA, FALTOU O DEPUTADO BETINHO GOMES, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS, DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E ADALTO SANTOS, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA PRIMEIRO DO CORRENTE, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA, É ENVIADA À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, NO QUAL CONSTA O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2060/2014, ORIUNDO DA MESA DIRETORA, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA À DEPUTADA TEREZINHA NUNES, ÚNICA ORADORA DO PEQUENO EXPEDIENTE PARA COMENTAR A CHEGADA DO EX-OFICIAL DO EXÉRCITO ISRAELENSE, GEDALYA TAUBER, NO ÚLTIMO DOMINGO AO RECIFE, ACUSADO DE COMANDAR UMA QUADRILHA DE TRÁFICO INTERNACIONAL DE ÓRGÃOS QUE ALICIAVA PESSOAS POBRES NO RECIFE E NO INTERIOR DO ESTADO PARA RETIRAREM OS RINS, QUE ERAM VENDIDOS A PACIENTES DE ISRAEL E AS CIRURGIAS ERAM REALIZADAS NA ÁFRICA DO SUL. FINALIZA LEMBRANDO QUE ESTE É O ANO EM QUE A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) ESTÁ REALIZANDO A CAMPANHA DA FRATERNIDADE COM O TEMA FRATERNIDADE E TRÁFICO HUMANO. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO, ÚNICO ORADOR DO GRANDE EXPEDIENTE PARA DESTACAR AS DIFICULDADES DO SETOR CERAMISTA DE PERNAMBUCO, RESSALTANDO QUE AS FÁBRICAS ENFRENTAM DIVERSOS PROBLEMAS PARA MANTER A PRODUÇÃO, COMO ELEVÇÃO DE TRIBUTOS, BUROCRACIA E CONCORRÊNCIA COM INSUMOS DE OUTROS ESTADOS, PROVOCADA, PRINCIPALMENTE, PELA FALTA DE FISCALIZAÇÃO NA ENTRADA DE PRODUTOS DE OUTRAS ORIGENS, PREJUDICANDO A TRIBUTAÇÃO DO SETOR. FINALIZA INFORMANDO QUE FOI REALIZADA NO MÊS DE JUNHO UMA REUNIÃO COM A PARTICIPAÇÃO DO SECRETÁRIO ESTADUAL DA FAZENDA, DÉCIO PADILHA, E DE REPRESENTANTES DO SEGMENTO CERAMISTA, PARA DISCUTIR A CRISE DO SETOR. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. É APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2060/2014. SÃO APROVADOS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO OS SUBSTITUTIVOS Nº 01 AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1281/2013, 1424/2013, 1584/2013, 1593/2013 E 1789/2014; E O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1791/2014. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS 8465/2014 A 8551/2014 E OS REQUERIMENTOS NºS 3547/2014 A 3562/2014. O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO A INDICAÇÃO Nº 8552/2014 E OS REQUERIMENTOS NºS 3577/2014 E 3578/2014, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER SOLENE, PARA LOGO MAIS ÀS DEZOITO HORAS E QUARENTA MINUTOS, PARA ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO AO DOUTOR JÂNIO JANGUIÉ BEZERRA DINIZ.

**ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO PLENÁRIA SOLENE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2014.**

**PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS**

AOS 04 (QUATRO) DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 18 (DEZOITO) HORAS E 40 (QUARENTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, DANIEL COELHO, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, ISALTINO

## COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 118, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados BETINHO GOMES, DIOGO MORAES, ERIBERTO MEDEIROS, HENRIQUE QUEIROZ, LEONARDO DIAS, SÉRGIO LEITE, TONY GEL e WALDEMAR BORGES, membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes: ALBERTO FEITOSA, GUSTAVO NEGROMONTE, ISALTINO NASCIMENTO, JÚLIO CAVALCANTI, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, RAQUEL LYRA, RODRIGO NOVAES e TEREZINHA NUNES, para comparecerem à reunião deste Colegiado, a ser realizada às 9 (nove) horas do dia 6 (seis) de agosto de 2014 (quarta-feira), no Plenarinho III, localizado no 2º (segundo) andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho.

**DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS:**

### I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1. Projeto de Lei Ordinária nº 2056/2014, de autoria do Poder Executivo (Ementa: ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA O EXERCÍCIO DE 2015 - LDO, nos termos dos arts. 37, inciso XX; 123, § 2º; 124, § 1º, inciso I, com a redação dada pela EC nº 31/2008; e 131, da Constituição do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)
2. Projeto de Lei Ordinária nº 2057/2014, de autoria da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (Ementa: Altera a Lei nº 14.863 de 7 de dezembro de 2012, que Institui o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, redefine o Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)
3. Projeto de Lei Ordinária nº 2058/2014, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Altera a Lei nº 12.310, de 19 de dezembro de 2002, incorporando as emendas parlamentares direcionadas ao financiamento de atividades culturais no Estado, como receitas do FUNCULTURA.)
4. Projeto de Lei Ordinária nº 2059/2014, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Altera a lei nº 14.474, de 16 de novembro de 2011, que dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR e autoriza o Poder Público a delegar a sua execução.)

**RECIFE, 5 DE agosto DE 2014.**

**DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES**  
Presidente da CFOT

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do artigo 118, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados titulares: ÂNGELO FERREIRA (PSB), EDUARDO PORTO (PSDB), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), PEDRO SERAFIM NETO (PDT), DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL (PSB) e RODRIGO NOVAES (PSD), os Deputados suplentes: ANDRÉ CAMPOS (PSB), ALBERTO FEITOSA (PR), BETINHO GOMES (PSDB), BOTAFOGO FILHO (PDT), GUSTAVO NEGROMONTE (PMDB), MARCANTÔNIO DOURADO (PSB) e TONY GEL (PMDB), para se fazerem presentes à Reunião Ordinária a ser realizada às 09h ( nove horas ), do dia 06 de Agosto de 2014, no Plenarinho II, localizado no 5º andar, do Anexo I desta Casa Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho.

**DISTRIBUIÇÃO**

### I) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA:

- 1) Projeto de Lei Ordinária nº2032/2014, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (EMENTA: Dispõe sobre a segurança bancária no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)
  - 2) Projeto de Lei Ordinária nº2033/2014, de autoria do Deputado Guilherme Uchôa (EMENTA: Altera o nome da Escola Estadual de Nova Cruz, em Igarassu para Escola Estadual Benigno Cordeiro de Lima.)
  - 3) Projeto de Lei Ordinária nº2034/2014, de autoria da Deputada Mary Gouveia (EMENTA: Denomina trecho da Rodovia PE 63 que indica, na Região da Mata Sul de Pernambuco, e dá outras providências.);
  - 4) Projeto de Lei Ordinária nº2046/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (EMENTA: Modifica a Redação da Lei nº 14.224, de 13 de dezembro de 2010);
  - 5) Projeto de Lei Ordinária nº2057/2014, de autoria da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (EMENTA: Altera a Lei 14.863 de 7 de dezembro de 2012, que Institui o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, redefine o Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura no Estado de Pernambuco, e dá outras providências);.
  - 6) Projeto de Lei Ordinária nº2058/2014, de autoria do Deputado Betinho Gome (EMENTA: Altera a Lei nº 12.310, de 19 de dezembro de 2002, incorporando as emendas parlamentares direcionadas ao financiamento de atividades culturais no Estado, como receitas do FUNCULTURA.);
  - 7) Projeto de Lei Ordinária nº2059/2014, de autoria do Deputado Sérgio Leite (EMENTA: Altera a lei nº 14.474, de 16 de novembro de 2011, que dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR e autoriza o Poder Público a delegar a sua execução).
- DISCUSSÃO

### I) - PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

- 1) Projeto de Lei Ordinária nº1873/2014, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (EMENTA: Altera a Lei nº 14.807, de 31 de outubro de 2012, que determina aos estabelecimentos fornecedores de refeições rápidas - Fast Food - informarem aos seus consumidores por meio de tabela afixada em local visível e de fácil acesso, os índices nutricionais e calóricos das refeições oferecidas e dá outras providências);  
Relator: Deputado Eduardo Porto
- 2) Projeto de Lei Ordinária nº 1986/2014, de autoria do Deputado Betinho Gomes (EMENTA: Impõe penalidades às entidades de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade em razão de ilícitos praticados por seus torcedores e dá outras providências);  
Relator: Deputado Ângelo Ferreira
- 3) Projeto de Lei Ordinária nº2023/2014, de autoria da Deputada Terezinha Nunes (EMENTA: Inclui, no calendário de eventos do estado de Pernambuco, o Dia dos Animais no Estado de Pernambuco).  
Relator: Deputado Mavíael Cavalcanti
- 4) Projeto de Lei Ordinária nº2028/2014, de autoria do Deputado Betinho Gomes (EMENTA: Inclui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco o “Dia Estadual da Paz nos Estádios” e dá outras providências);  
Relator: Deputado Eduardo Porto

### II) - EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:

- 1) Substitutivo nº01/2014,de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Proíbe a fabricação, venda e comercialização de armas de brinquedo e dá outras providências - ao Projeto de Lei Ordinária nº 1623/2013, de autoria do Deputado Adalto Santos  
Relator: Deputado Tony Gel
- 2) Substitutivo nº 01/2014,de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Determina a adoção de sacos biodegradáveis para recolhimento de lixo em veículos novos e seminovos, e dá outras providências) - ao Projeto de Lei Ordinária nº 1897/2014, de autoria do Deputado Adalberto Cavalcanti)  
Relator: Deputado Eduardo Porto
- 3) Substitutivo nº 01/2014,de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Determina medidas informativas em defesa do consumidor e dá outras providências - ao Projeto de Lei Ordinária nº 1867/2014, de autoria do Deputado Marcantônio Dourado);  
Relator: Deputado Mavíael Cavalcanti
- 4) Substitutivo nº 01/2014, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (EMENTA: Dispõe sobre a afixação de cartaz informativo em restaurante, bares, boîtes, casas de eventos e assemelhados, informando da existência de cobrança em casos específicos e dá outras providências – ao Projeto de Lei Ordinária nº 2024/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral).  
Relator: Deputado Mavíael Cavalcanti

**RECIFE, 5 DE agosto DE 2014.**

**DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI**  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



NASCIMENTO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, PASTOR CLEITON COLLINS, RAMOS, RAQUEL LYRA, RILDO BRAZ, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, AGLAILSON JÚNIOR, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHÔA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, MANOEL SANTOS, MARCANTÔNIO DOURADO, ODACY AMORIM, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, TERESA LEITÃO E VINÍCIUS LABANCA, FALTOU O DEPUTADO BETINHO GOMES. CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS HILDEBRANDO MARQUES PESSOA DÁ INÍCIO À SOLENIDADE DE ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO AO DOUTOR JÂNYO JANGUIÊ BEZERRA DINIZ, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 984/2010, DE AUTORIA DO DEPUTADO ALBERTO FEITOSA, CONVIDA A COMPOR A MESA DOS TRABALHOS OS SENHORES DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS, PRESIDENTE DESTA REUNIÃO; FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO, SUB-PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA; ROBERTO FERREIRA LINS, DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO; CONVIDA OS DEPUTADOS FRANCISMAR PONTES E ALBERTO FEITOSA PARA CONDUZIR A HOMENAGEADA ATÉ A MESA DOS TRABALHOS, PASSA A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, QUE DECLARA ABERTA A REUNIÃO. OUVI-SE O HINO NACIONAL BRASILEIRO. O SENHOR PRESIDENTE ANDRÉ CAMPOS DESTACA EM SEU PRONUNCIAMENTO RESSALTA O PERFIL EMPREENDEDOR DO HOMENAGEADO. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO ALBERTO FEITOSA, AUTOR DA RESOLUÇÃO PARA REGISTRAR O INÍCIO DA VIDA PROFISSIONAL DO HOMENAGEADO NA EMPRESA BATERIAS MOURA, SE DEDICANDO FUTURAMENTE À EDUCAÇÃO E À PARCERIA COM O IRMÃO JOSÉ JANGUIÊ, FUNDADOR DO GRUPO SER EDUCACIONAL, COMPOSTO, ENTRE OUTRAS INSTITUIÇÕES, PELA UNINASSAU – CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO ALBERTO FEITOSA A ENTREGAR O TÍTULO DE CIDADÃO DE PERNAMBUCO AO DOUTOR JÂNYO JANGUIÊ BEZERRA DINIZ. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO PARA ENTREGAR UMA IMAGEM DE UM “CABOCLO DE LANÇA”, FIGURA DO MARACATU RURAL, CONFECIONADA PELO ARTESÃO SUSSULA DE TRACUNHAËM AO DOUTOR JÂNYO JANGUIÊ BEZERRA DINIZ. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO FRANCISMAR PONTES PARA FAZER A ENTREGA DO “CATALOGO DE PEÇAS MUSEAIS DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO”, OBRA LANÇADA PELA SUPERINTENDÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA A SENHORA ADRIANA FEITOSA, ESPOSA DO DEPUTADO ALBERTO FEITOSA PARA FAZER A ENTREGA DE UM RAMALHETE À SENHORA LILIANE AMARAL JANGUIÊ BEZERRA DINIZ, ESPOSA DO HOMENAGEADO. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DOUTOR JÂNYO JANGUIÊ BEZERRA DINIZ PARA AFIRMAR QUE O TÍTULO DE CIDADÃO RATIFICA O SENTIMENTO QUE SEMPRE TEVE PELO ESTADO, LUGAR QUE ADOTOU DE CORAÇÃO DESDE QUE CHEGOU AO RECIFE. O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS REGISTRA O RECEBIMENTO DE TELEGRAMAS LAMENTANDO A IMPOSSIBILIDADE DE COMPARECIMENTO NESTA REUNIÃO DOS SENHORES FAUSTO CAMPOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO; VALDECIR PASCOAL, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO; CÂNDIDO JOSÉ DA FONTE SARAIVA DE MORAES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – TJPE E DO SENHOR ELIAS GOMES, PREFEITO DA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES; E AS PRESENÇAS DOS SENHORES MAURÍCIO ROMÃO, PESQUISADOR E CIENTISTA; AIRTON BEJAMIN, EX-DEPUTADO ESTADUAL; MARIA DE LOURDES DINIZ, MÃE DO HOMENAGEADO; YURI LEITE, DA REDE GLOBO NORDESTE; FRANCISCO PAPALÊO, PRESIDENTE DO IRTI, CONVIDA OS PRESENTES A OUVIREM O HINO DE PERNAMBUCO, CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, O QUAL AGRADECE PELAS PRESENÇAS, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, ÀS 10 HORAS.

## Expedientes

**SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2014.**

## EXPEDIENTE

**MENSAGEM Nº 103** - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando o Projeto de Lei nº 2056 que Estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado de Pernambuco para o exercício de 2015, nos termos dos arts. 37, inciso XX; 123, § 2º; 124, § 1º, inciso I, com a redação dada pela EC nº 31, de 2008; e 131, da Constituição do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. À 2ª Comissão.

**OFÍCIOS NºS 412, 413 E 414** - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando

em devolução, no prazo previsto no artigo 23, § 3º, da Constituição do Estado, os Projetos de Lei Ordinária nºs 1574/2013, 2003/2014 e 1858/2014. Inteirada.

**OFÍCIO Nº 69** - DO PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DE APOIO JURÍDICO-LEGISLATIVO AO GOVERNADOR encaminhando, em devolução , os autógrafos das Leis Ordinárias nºs 15.341 e 15.342, datadas de 30.06.2014. Inteirada.

**OFÍCIO Nº 70** - DA PROCURADORA CHEFE ADJUNTO DA PROCURADORIA DE APOIO JURÍDICO-LEGISLATIVO AO GOVERNADOR encaminhando, em devolução , os autógrafos das Leis Ordinárias nºs 15.343, 15.344, 15.345, 15.346, 15.347, 15.348, 15.349, 15.350, 15.351 e 15.352 datadas de 02.06.2014; e nº 15.353, datada de 03.07.2014; Leis Complementares nºs 286, 287, 288 e 289, datadas de 02.07.2014. Inteirada.

**OFÍCIO Nº 82** - DO DEPUTADO BETINHO GOMES solicitando licença no prazo de 120 dias, a partir de 04 de agosto de 2014, de acordo com o inciso II do art. 32 do Regimento Interno desta Casa Legislativa. À Publicação.

**OFÍCIOS NºS 109, 110, 112 E 113** - DO SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca dos Requerimentos nºs 3544, 3543, 3545 e 3542. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 111**- DO SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca do Requerimento nº 3546. Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

**OFÍCIO Nº 03** - DO GERENTE DE ESTATÍSTICA DA SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA encaminhando o Relatório Estatístico das Atividades do Poder Legislativo da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, no período de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2014. Inteirada.

**OFÍCIOS NºS 648, 649 E 650** - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta vinculada aos Termos de Compromissos nºs 0218.771-36, 0233-406-18 e 0350.909-71. Às 2ª e 7ª Comissões.

**OFÍCIOS Nº 653 E 721** - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando a liberação de recursos financeiros relativo aos Contratos de Repasse nº 0266.699-57/2008 e nº 0279.278-34. Às 2ª e 12ª Comissões.

**OFÍCIOS NºS 658, 659, 722 E 723** - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando a liberação de recursos financeiros relativo aos Contratos de Repasse nº 0313.853-36/2009, nº 0314.299-31/2009, nº 0311.776-56 e nº 0311.776-56. Às 2ª e 6ª Comissões.

**OFÍCIO Nº 668** - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, vinculada ao contrato de financiamento nº 0376.513-44/2012. Às 2ª e 7ª Comissões.

**OFÍCIO Nº 701** - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL comunicando a extinção do Termo de Compromisso nº 0250284-07/2008. Às 2ª e 9ª Comissões.

**OFÍCIO Nº 718** - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros ao contrato de financiamento nº 0355.677-85/2011. À 2ª Comissão.

**OFÍCIO Nº 725** - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando a liberação de recursos financeiros referente à parcela do Contrato de Financiamento nº 0319.916-13. Às 2ª e 12ª Comissões.

**OFÍCIOS NºS 0726, 0728, 0729, 0730, 731, 750 E 751** - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta vinculada aos Termos de Compromissos nº 0218.435-59, nº 0350.761-01, nº 0350.933-71, nº 0238.488-15, nº 0218.767- 77, nº 0264.374-81 e nº 0350.863-33. Às 2ª e 7ª Comissões.

**OFÍCIOS NºS 743, 744, 745, 746, 747 E 748** - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando a liberação de recursos financeiros, relativo aos Contratos de Repasse nº 1009.233-82, nº 1009.241-56, nº 1009.243-96, nº 1009.244-10, nº 1009.246-63 e nº 1009.248-02. Às 2ª e 8ª Comissões.

**OFÍCIO Nº 752** - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0402.218-26/2012, no âmbito do Programa PAC - Prevenção da Seca. Às 2ª e 7ª Comissões.

**OFÍCIOS NºS 3631, 3632, 3633, 3786 E 3842** - DO DIRETOR DE GESTÃO, ARTICULAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO comunicando que celebrou com a Fundação Universidade de Pernambuco - FESP/UP, o Convênio de nº 791291/2013, relacionado ao Processo nº 23400.000404/2013-19; Convênio de nº 791047/2013, relacionado ao Processo nº 23400.000403/2013-74; Convênio de nº 782788/2013, relacionado ao Processo nº 23400.000016/2013-38; Convênio de nº 789049/2013, relacionado ao Processo nº 23400.000386/2013-75 e o Convênio de nº 787484/2013, relacionado ao Processo nº 23400.000356/2013-69. Às 2ª e 5ª Comissões.

**OFÍCIO Nº 223** - DO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL informando a liberação da primeira parcela referente ao Convênio SICONV nº 792551/2013, Processo nº 59335.000357/2013-81. Às 2ª e 12ª Comissões.

**OFÍCIOS NºS 191 E 218** - DO SUPERINTENDENTE GERAL, TÉCNICA E GESTÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO encaminhando as planilhas de Convênios celebrados em 2014 com o Estado de Pernambuco por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, em cumprimento ao artigo 116, § 2º da Lei nº 8.666/93. Inteirada.

**OFÍCIO Nº 00200** - DO GERENTE GTES/DEFIN/AF DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - BNDES comunicando a liberação de recursos financeiros do Contrato nº 12212101. À 2ª Comissão.

**OFÍCIO Nº 291** - DA SECRETÁRIA ESTADUAL DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE DO GOVERNO DO ESTADO informando a Celebração do Convênio nº 016/2013 - SCJ. Às 9ª e 11ª Comissões.

**OFÍCIO Nº 176** - DO SECRETÁRIO DA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA DO ESTADO DE PERMANBU- CO comunicando o encerramento das atividades da SECO-PA/PE. Inteirada.

**OFÍCIO Nº 128** - DO COORDENADOR-GERAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO MINISTÉRIO DA CULTURA informando a liberação de recursos financeiros em favor da Secretaria de Turismo, referente à parcela 01 de 02 do Convênio nº 799306/2013. Às 2ª e 12ª Comissões.

**OFÍCIO Nº 478** - DO PRESIDENTE DO CONSELHO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS DE PERNAMBUCO - OAB/PE requerendo a análise da proposta e a tomada das medidas cabíveis, a fim de efetivar o direito de transporte gratuito para idosos a partir dos 60 anos de idade. Ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco.

**DESEG/GSREC Nº 082** - DA GERÊNCIA REGIONAL DE SEGURANÇA EM RECIFE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL comunicando ao Poder Legislativo da celebração do 6º Aditivo ao Convênio Bacer/Deseg - 50398/2011. Às 2ª e 3ª Comissões.

**COMUNICADOS NºS 102800 A 102899 E 102900 A 102999** - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Às 2ª e 5ª Comissões.

### REPUBLICADO

**SEPTUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2014.**

## EXPEDIENTE

**OFÍCIO Nº 605** - DO COORDENADOR-GERAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL comunicando a liberação de recursos a esse Estado, por intermédio da Ordem Bancária nº 2014OB802113, referente à parte da segunda parcela do Cronograma de Desembolso dos recursos aprovados pela Portaria/MI nº 0239/2011, conforme o Processo nº 59100.000399/2011-12. À 2ª Comissão.

**OFÍCIO Nº 763**- DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0233.406-18. Às 2ª e 7ª Comissões.

**COMUNICADOS NºS 103200 A 103299 E 103300 A 103399** - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Às 2ª e 5ª Comissões.

## Pareceres de Comissões

## Parecer N° 6424/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 363/2011**  
**Autor: Deputado Betinho Gomes**

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA DISPOR SOBRE A VIDA ÚTIL DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DESTINADOS A FRETAMENTO E TURISMO EM PERNAMBUCO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERIDA NA *COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO* PARA LEGISLAR SOBRE *TRÂNSITO E TRANSPORTE* (ART. 22, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PELA REJEIÇÃO, POR VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 363/2011, de autoria do Deputado Betinho Gomes, que visa dispor sobre a vida útil dos veículos de transporte de passageiros destinados a fretamento e turismo em Pernambuco e dar outras providências. A proposição tramita em regime ordinário.

### 2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Carta Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. Após detida análise legal do conteúdo do projeto de lei ora em análise, observa-se que, não obstante a matéria seja de relevante interesse público, há violação à **competência privativa da União** para legislar sobre **trânsito e transporte**, nos termos do art. 22, IX, da Constituição Federal, *in verbis*:  
“Art. 22. *Compete privativamente a União legislar sobre:*  
.....

*IX – trânsito e transporte;”*  
A jurisprudência do STF é pacífica nesse sentido, conforme se observa dos precedentes abaixo:

*“EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 10.521/95 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança nas vias urbanas. Inconstitucionalidade formal. Violação da competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte. 1. Inconstitucionalidade formal da Lei nº 10.521/95 do Estado do Rio Grande do Sul, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança e proíbe os menores de 10 (dez) anos de viajar nos bancos dianteiros dos veículos que menciona. 2. Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte, consoante disposto no art. 22, inciso IX, da Constituição Federal. Precedentes: ADI nº 874/BA; ADI nº 2.101/MS e RE nº 215.325/RS. 3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.”* (STF, Tribunal Pleno, ADI 2960/RS, rel. Min. DIAS TOFFOLI, pub. no DJe de 08/05/2013)  
*“EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TRÂNSITO. MULTA. APREENSÃO DE VEÍCULOS. LEIS DISTRITAIS 239/92 E 953/95. CONSTITUCIONALIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 21, XI, DA C.F. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEI LOCAL. INCIDÊNCIA SÚMULA 280/STF. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. PRECEDENTES. 1. A lei estadual que trate de matéria relacionada a trânsito e transporte é inconstitucional, por violação ao art. 21, XI, da C.F. (Precedentes: ADI 3.196, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJ 7.11.2008; ADI 3.444, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJ 3.2.2006; ADI 3.055, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJ 3.2.2006; ADI 2.432, Rel. Min. EROS GRAU, DJ 26.8.2005) 2. A Súmula 280 do E. STF dispõe: Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário. 3. In casu, a controvérsia foi decidida à luz de interpretação de lei local, revelando-se incabível a insurgência recursal extraordinária. 4. Agravo regimental desprovido.”* (STF, Tribunal Pleno, AI 798954 AgR/DF, rel. Min. LUIZ FUX, pub. no DJe de 24/05/2011)  
Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 363/2011, de autoria do Deputado Betinho Gomes.

**Terezinha Nunes**  
**Deputada**

### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 363/2011, de autoria do Deputado Betinho Gomes.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.**

**Presidente: Raquel Lyra.**  
**Relator : Terezinha Nunes.**  
**Favoráveis os (5) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.**

## Parecer N° 6425/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 399/2011**

Autor: Deputado Manoel Santos

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA ESTABELECEER DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO À PRESERVAÇÃO, AO CULTIVO E À DIFUSÃO DE CULTIVARES LOCAIS, TRADICIONAIS OU CRIOULAS E PARA A FORMAÇÃO DE BANCOS DE SEMENTES COMUNITÁRIOS. MATÉRIA ABRANGIDA PELO *PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO*, CONSUBSTANCIADO NA ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFERIDA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DE EXERCER A *DIREÇÃO SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA* (ART. 84, I, DA CF/88). MATÉRIA RESERVADA NO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL ESTADUAL À INICIATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, EM FACE DO AUMENTO DE DESPESA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO (ART. 19, § 1º, II, DA CE/89). PELA REJEIÇÃO, POR VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 399/2011, de autoria do Deputado Manoel Santos, que visa estabelecer diretrizes da política estadual de incentivo à preservação, ao cultivo e à difusão de cultivares locais, tradicionais ou crioulas e para a formação de bancos de sementes comunitários. A proposição tramita em regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O projeto de lei em questão padece de vício de inconstitucionalidade na medida em que viola o **princípio constitucional da reserva de administração**, segundo o qual é vedado a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo, tendo em vista a necessária separação dos poderes prevista no art. 2º da Constituição Federal e a atribuição conferida ao Chefe do Poder Executivo para exercer a direção superior da administração pública, nos termos do art. 84, I, da Carta Magna. Em casos semelhantes, eis como tem se pronunciado o Supremo Tribunal Federal:

*“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - CONSEQUENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA - SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. Precedentes. Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação “ultra vires” do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.”* (STF, 2ª T., RE nº 427574 ED/MG, rel. Min. CELSO DE MELLO, pub. no DJe de 10/02/2012)

*“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LEI Nº 2.645/98 DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. “RUAS DE VILA”. RECONHECIMENTO COMO LOGRADOURO PÚBLICO. REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE EM FACE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES. ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. Ao determinar drásticas alterações na política urbanística do município, convertendo áreas particulares em logradouros públicos e impondo ao Estado o dever de prestação de serviços públicos nessas áreas, a incrementar a despesa sem indicar a contrapartida orçamentária, usurpou o Legislativo municipal função administrativa atribuída ao Poder Executivo local. 2. Recurso conhecido e improvido.”* (STF, 2ª T., RE nº 302803/RJ, rel. Min. ELLEN GRACIE, pub. no DJ de 25/02/2005)

Ademais, tendo em vista que o projeto de lei ora em análise acarretaria o aumento de despesa pública no âmbito do Poder Executivo, é necessário reconhecer que a matéria é reservada no ordenamento constitucional estadual à iniciativa do Governador do Estado, nos termos do art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, *in verbis*:

*“Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.*

*§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:*

*II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo.”*

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição,

por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 399/2011, de autoria do Deputado Manoel Santos.

Antônio Moraes  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 399/2011, de autoria do Deputado Manoel Santos.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.

**Presidente:** Raquel Lyra.  
**Relator :** Antônio Moraes.  
**Favoráveis os (5) deputados:** Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

Parecer N° 6426/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 410/2011  
Autor: Deputado Botafogo Filho

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA INSTITUIR A GRATUIDADE DO TRANSPORTE COLETIVO PARA O DESLOCAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, NO ITINERÁRIO CASA-TRABALHO E VICE VERSA. AUMENTO DA DESPESA PÚBLICA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO. MATÉRIA RESERVADA PELA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL À INICIATIVA LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO (ART. 19, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL). PELA REJEIÇÃO, POR VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 410/2011, de autoria do Deputado Botafogo Filho, que visa instituir a gratuidade do transporte coletivo para o deslocamento dos servidores públicos estaduais, no itinerário casa-trabalho e vice versa. A proposição tramita em regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A pretensão contida no Projeto de Lei em questão acarreta aumento da despesa pública no âmbito do Poder Executivo, matéria cuja iniciativa legislativa é privativa do Governador do Estado, conforme prescreve o art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual.

De fato, a Lei Estadual nº 11.519, de 05 de janeiro de 1998, norma geral sobre os critérios para concessão de gratuidade no transporte público de passageiros em todo o território do Estado de Pernambuco, prescreve:

*“Art. 1º A gratuidade ou abatimento na passagem de transporte de passageiros intermunicipal, em todo território do Estado de Pernambuco, só poderá ser concedida com fonte de receita vinculada.”*

Dessa forma, devendo o custeio das gratuidades ou abatimentos nas passagens do transporte intermunicipal de passageiros ser obrigatoriamente custeado por uma fonte de receita pública vinculada, a pretensão contida no Projeto de Lei ora em análise acarretará aumento na despesa pública.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 410/2011, de autoria do Deputado Botafogo Filho.

Antônio Moraes  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 410/2011, de autoria do Deputado Botafogo Filho.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.

**Presidente:** Raquel Lyra.  
**Relator :** Antônio Moraes.  
**Favoráveis os (5) deputados:** Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

Parecer N° 6427/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 544/2011  
Autor: Deputado Manoel Santos

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA INSTITUIR O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA E AGRICULTURA ORGÂNICA - PRODEA. MATÉRIA ABRANGIDA PELO *PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA*

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do artigo 118, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, o(a)s Deputado(a)s: GUSTAVO NEGROMONTE (PMDB) – Vice-presidente, JÚLIO CAVALCANTI(PTB), TERESA LEITÃO (PT), TEREZINHA NUNES (PSDB), membros titulares e, na ausência destes, o(a)s suplentes: ADALTO SANTOS (PSB), ANTONIO MORAES (PSDB), MARY GOUVEIA (PSD), RAIMUNDO PIMENTEL (PSB) e RAQUEL LYRA (PSB), para comparecerem à reunião ordinária a ser realizada às 09 e 30 h, do dia 06 (seis) de agosto de 2014, no Plenarinho II, localizado no 5º andar, do Anexo I - Edifício Senador Nilo Coelho, com o objetivo de discutir a seguinte pauta:

DISTRIBUIÇÃO:

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

- 1) Projeto de Lei Ordinária nº 1942/2014, de autoria do de Deputado Claudiano Martins (Ementa: Denomina Rodovia Ernande Ramos de Oliveira, a VPE - 301, no trecho que liga o Município de Itaíba ao Distrito de Negras, com extensão de 9,0 km)
- 2) Projeto de Lei Ordinária nº 1943/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Professor Fernando Figueira”, a Estação Fluvial do Derby, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. )
- 3) Projeto de Lei Ordinária nº 1944/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Compositor Antônio Maria”, a Estação Fluvial do Recife, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE )
- 4) Projeto de Lei Ordinária nº 1945/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Professor Vasconcelos Sobrinho”, a Estação Fluvial da BR-101, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE.)
- 5) Projeto de Lei Ordinária nº 1946/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Severino Queiroz”, a Estação Fluvial da Torre, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE )
- 6) Projeto de Lei Ordinária nº 1947/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Antenor Vieira de Melo Filho”, a Estação Fluvial Tacaruna, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE )
- 7) Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Compositor Luiz Bandeira”, a Estação Fluvial da Rua do Sol, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. )
- 8) Projeto de Lei Ordinária nº 1949/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Alcides Resteli Tedesco”, a Estação Fluvial de Santana, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. )
- 9) Projeto de Lei Ordinária nº 1950/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Fernando Lobo”, o Galpão de Manutenção e Execução de Sinalização Náutica, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. )

II) PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

- 1) Projeto de Resolução nº 2054/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte Mérito Educacional Paulo Freire ao monge beneditino e escritor Marcelo Barros)
- 2) Projeto de Resolução nº 2055/2014, de autoria do Deputado Tony Gel (Ementa: concede a Medalha Leão do Norte, Mérito “Cultural Gilberto Freyre”, ao Instituto Ricardo Brennand)

DISCUSSÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

- 1) Projeto de Lei Ordinária nº 1942/2014, de autoria do de Deputado Claudiano Martins (Ementa: Denomina Rodovia Ernande Ramos de Oliveira, a VPE - 301, no trecho que liga o Município de Itaíba ao Distrito de Negras, com extensão de 9,0 km)
- 2) Projeto de Lei Ordinária nº 1943/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Professor Fernando Figueira”, a Estação Fluvial do Derby, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. )
- 3) Projeto de Lei Ordinária nº 1944/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Compositor Antônio Maria”, a Estação Fluvial do Recife, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE )
- 4) Projeto de Lei Ordinária nº 1945/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Professor Vasconcelos Sobrinho”, a Estação Fluvial da BR-101, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. )
- 5) Projeto de Lei Ordinária nº 1946/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Severino Queiroz”, a Estação Fluvial da Torre, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE )
- 6) Projeto de Lei Ordinária nº 1947/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Antenor Vieira de Melo Filho”, a Estação Fluvial Tacaruna, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE )
- 7) Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Compositor Luiz Bandeira”, a Estação Fluvial da Rua do Sol, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. )
- 8) Projeto de Lei Ordinária nº 1949/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Alcides Resteli Tedesco”, a Estação Fluvial de Santana, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. )
- 9) Projeto de Lei Ordinária nº 1950/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina de “Fernando Lobo”, o Galpão de Manutenção e Execução de Sinalização Náutica, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. )

II) PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

- 1) Projeto de Resolução nº 2054/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte Mérito Educacional Paulo Freire ao monge beneditino e escritor Marcelo Barros)
- 2) Projeto de Resolução nº 2055/2014, de autoria do Deputado Tony Gel (Ementa: concede a Medalha Leão do Norte, Mérito “Cultural Gilberto Freyre”, ao Instituto Ricardo Brennand)

RECIFE, 5 DE agosto DE 2014.

Deputada Laura Gomes  
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

*RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO*, CONSUBSTANCIADO NA ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFERIDA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DE EXERCER A *DIREÇÃO SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA* (ART. 84, I, DA CF/88). MATÉRIA RESERVADA NO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL ESTADUAL À INICIATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, EM FACE DO AUMENTO DE DESPESA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO (ART. 19, § 1º, II, DA CE/89). PELA REJEIÇÃO, POR VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 544/2011, de autoria do Deputado Manoel Santos, que visa instituir o Programa de Desenvolvimento da Agroecologia e Agricultura Orgânica - PRODEA. A proposição tramita em regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O projeto de lei em questão padece de vício de inconstitucionalidade na medida em que viola o **princípio constitucional da reserva de administração**, segundo o qual é vedado a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder

Executivo, tendo em vista a necessária separação dos poderes prevista no art. 2º da Constituição Federal e a atribuição conferida ao Chefe do Poder Executivo para exercer a direção superior da administração pública, nos termos do art. 84, I, da Carta Magna. Em casos semelhantes, eis como tem se pronunciado o Supremo Tribunal Federal:

*“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - CONSEQUENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA - SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. Precedentes. Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação “ultra vires” do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.”* (STF, 2ª T., RE nº 427574 ED/MG, rel. Min. CELSO DE MELLO, pub. no DJe de 10/02/2012)

*“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LEI Nº 2.645/98 DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. “RUAS DE VILA”. RECONHECIMENTO*

COMO LOGRADOURO PÚBLICO. REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE EM FACE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES. ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. Ao determinar drásticas alterações na política urbanística do município, convertendo áreas particulares em logradouros públicos e impondo ao Estado o dever de prestação de serviços públicos nessas áreas, a incrementar a despesa sem indicar a contrapartida orçamentária, usurpou o Legislativo municipal função administrativa atribuída ao Poder Executivo local. 2. Recurso conhecido e improvido.” (STF, 2ª T., RE nº 302803/RJ, rel. Min. ELLEN GRACIE, pub. no DJ de 25/02/2005) Ademais, tendo em vista que o projeto de lei ora em análise acarretaria o aumento de despesa pública no âmbito do Poder Executivo, é necessário reconhecer que a matéria é reservada no ordenamento constitucional estadual à iniciativa do Governador do Estado, nos termos do art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, *in verbis*: “Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição. § 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo;”

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 544/2011, de autoria do Deputado Manoel Santos.

Silvio Costa Filho  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 544/2011, de autoria do Deputado Manoel Santos.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.  
Relator : Silvio Costa Filho.  
Favoráveis os (5) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

## Parecer N° 6428/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 469/2011  
Autor: ex-Deputado Carlos Santana

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DISPOR SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL INTERNET SEM LIMITES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS E NAS ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. MATÉRIA ABRANGIDA PELO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO, CONSUBSTANCIADO NA ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFERIDA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DE EXERCER A DIREÇÃO SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 84, I, DA CF/88). MATÉRIA RESERVADA NO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL ESTADUAL À INICIATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, EM FACE DO AUMENTO DE DESPESA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO (ART. 19, § 1º, II, DA CE/89). PELA REJEIÇÃO, POR VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

### 1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 469/2011, de autoria do ex-Deputado Carlos Santana, que visa dispor sobre o Programa Estadual Internet sem Limites nas universidades públicas estaduais e nas escolas técnicas estaduais no âmbito do estado de Pernambuco. A proposição tramita em regime ordinário.

### 2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. O projeto de lei em questão padece de vício de inconstitucionalidade na medida em que viola o **princípio constitucional da reserva de administração**, segundo o qual é vedado a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo, tendo em vista a necessária separação dos poderes prevista no art. 2º da Constituição Federal e a atribuição conferida ao Chefe do Poder Executivo para exercer a direção superior da administração pública, nos termos do art. 84, I, da Carta Magna. Em casos semelhantes, eis como tem se pronunciado o Supremo Tribunal Federal: “*E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA*

*PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - CONSEQUENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA - SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. Precedentes. Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação “ultra vires” do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.” (STF, 2ª T., RE nº 427574 ED/MG, rel. Min. CELSO DE MELLO, pub. no DJe de 10/02/2012)*

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LEI Nº 2.645/98 DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. “RUAS DE VILA”. RECONHECIMENTO COMO LOGRADOURO PÚBLICO. REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE EM FACE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES. ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. Ao determinar drásticas alterações na política urbanística do município, convertendo áreas particulares em logradouros públicos e impondo ao Estado o dever de prestação de serviços públicos nessas áreas, a incrementar a despesa sem indicar a contrapartida orçamentária, usurpou o Legislativo municipal função administrativa atribuída ao Poder Executivo local. 2. Recurso conhecido e improvido.” (STF, 2ª T., RE nº 302803/RJ, rel. Min. ELLEN GRACIE, pub. no DJ de 25/02/2005) Ademais, tendo em vista que o projeto de lei ora em análise acarretaria o aumento de despesa pública no âmbito do Poder Executivo, é necessário reconhecer que a matéria é reservada no ordenamento constitucional estadual à iniciativa do Governador do Estado, nos termos do art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, *in verbis*: “Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição. § 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo;”

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 469/2011, de autoria do ex-Deputado Carlos Santana.

Daniel Coelho  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 469/2011, de autoria do ex-Deputado Carlos Santana.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.  
Relator : Daniel Coelho.  
Favoráveis os (5) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

## Parecer N° 6429/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 1942/2014  
Autor: Deputado Claudiano Martins Filho

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR RODOVIA ERNANDE RAMOS DE OLIVEIRA, A VPE - 301, NO TRECHO QUE LIGA O MUNICÍPIO DE ITAÍBA AO DISTRITO DE NEGRAS, COM EXTENSÃO DE 9,0 KM. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1942/2014, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, que visa denominar Rodovia Ernande Ramos de Oliveira, a VPE - 301, no trecho que liga o Município de Itaiba ao Distrito de Negras, com extensão de 9,0 km. O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

### 2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes**: “*A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)* Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: “Art. 25. ....”

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Por outro lado, não há qualquer tipo incompatibilidade com o disposto no art. 239, que versa sobre a impossibilidade de nomeação de qualquer obra pública com nome de pessoas vivas, da Constituição Estadual, visto que o homenageado já veio a falecer. Ademais, conforme informação prestada mediante ofício, a referida rodovia não possui denominação atribuída por Lei. Não existem, portanto, quaisquer outros óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da proposição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1942/2014, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho.

Terezinha Nunes  
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1942/2014, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.  
Relator : Terezinha Nunes.  
Favoráveis os (5) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

## Parecer N° 6430/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 1943/2014  
Autor: Deputado Ricardo Costa

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR DE “PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA”, A ESTAÇÃO FLUVIAL DO DERBY, PROJETO RIOS DA GENTE, LOCALIZADA NA CIDADE DO RECIFE-PE. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1943/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa, que visa denomina de “Professor Fernando Figueira”, a Estação Fluvial do Derby, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

### 2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes**: “*A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.*

*São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30).*

*São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)* Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: “Art. 25. ....”

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Por outro lado, não há qualquer tipo incompatibilidade com o disposto no art. 239, que versa sobre a impossibilidade de nomeação de qualquer obra pública com nome de pessoas vivas, da Constituição Estadual, visto que o homenageado já veio a falecer. Ademais, conforme informação prestada mediante ofício, não possui denominação atribuída por Lei. Não existem, portanto, quaisquer outros óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da proposição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1943/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Terezinha Nunes  
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1943/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.  
Relator : Terezinha Nunes.  
Favoráveis os (5) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

## Parecer N° 6431/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 1944/2014  
Autor: Deputado Ricardo Costa

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR DE “COMPOSITOR ANTÔNIO MARIA”, A ESTAÇÃO FLUVIAL DO RECIFE, PROJETO RIOS DA GENTE, LOCALIZADA NA CIDADE DO RECIFE-PE. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1944/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa, que visa denominar de “Compositor Antônio Maria”, a Estação Fluvial do Recife, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

### 2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes**: “*A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)* Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: “Art. 25. ....”

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Por outro lado, não há qualquer tipo incompatibilidade com o disposto no art. 239, que versa sobre a impossibilidade de

nomeação de qualquer obra pública com nome de pessoas vivas, da Constituição Estadual, visto que o homenageado já veio a falecer. Ademais, conforme informação prestada mediante ofício, não possui denominação atribuída por Lei. Não existem, portanto, quaisquer outros óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da proposição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1944/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Terezinha Nunes  
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1944/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e  
Justiça, em 5 de agosto de 2014.

**Presidente:** Raquel Lyra.  
**Relator :** Terezinha Nunes.  
**Favoráveis os (5) deputados:** Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

Parecer N° 6432/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 1945/2014**  
**Autor:** Deputado Ricardo Costa

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR DE "PROFESSOR VASCONCELOS SOBRINHO", A ESTAÇÃO FLUVIAL DA BR-101, PROJETO RIOS DA GENTE, LOCALIZADA NA CIDADE DO RECIFE-PE. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1945/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa, que visa denominar de "Professor Vasconcelos Sobrinho", a Estação Fluvial da BR-101, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes:** *"A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis."* (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302) Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: *"Art. 25. ....*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."* Por outro lado, não há qualquer tipo incompatibilidade com o disposto no art. 239, que versa sobre a impossibilidade de nomeação de qualquer obra pública com nome de pessoas vivas, da Constituição Estadual, visto que o homenageado já veio a falecer. Ademais, conforme informação prestada mediante ofício, não possui denominação atribuída por Lei. Não existem, portanto, quaisquer outros óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da proposição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1945/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Terezinha Nunes  
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1945/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e  
Justiça, em 5 de agosto de 2014.

**Presidente:** Raquel Lyra.  
**Relator :** Terezinha Nunes.  
**Favoráveis os (5) deputados:** Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

Parecer N° 6433/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 1946/2014**  
**Autor:** Deputado Ricardo Costa

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR DE "SEVERINO QUEIROZ", A ESTAÇÃO FLUVIAL DA TORRE, PROJETO RIOS DA GENTE, LOCALIZADA NA CIDADE DO RECIFE-PE. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1946/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa, que visa denominar de "Severino Queiroz", a Estação Fluvial da Torre, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes:** *"A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis."* (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302) Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: *"Art. 25. ....*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."* Por outro lado, não há qualquer tipo incompatibilidade com o disposto no art. 239, que versa sobre a impossibilidade de nomeação de qualquer obra pública com nome de pessoas vivas, da Constituição Estadual, visto que o homenageado já veio a falecer. Ademais, conforme informação prestada mediante ofício, não possui denominação atribuída por Lei. Não existem, portanto, quaisquer outros óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da proposição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1946/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Terezinha Nunes  
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1946/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e  
Justiça, em 5 de agosto de 2014.

**Presidente:** Raquel Lyra.  
**Relator :** Terezinha Nunes.  
**Favoráveis os (5) deputados:** Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

Parecer N° 6434/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 1947/2014**

**Autor:** Deputado Ricardo Costa

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR DE "ANTENOR VIEIRA DE MELO FILHO", A ESTAÇÃO FLUVIAL TACARUNA, PROJETO RIOS DA GENTE, LOCALIZADA NA CIDADE DO RECIFE-PE. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1947/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa, que visa denominar de "Antenor Vieira de Melo Filho", a Estação Fluvial Tacaruna, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE.. O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes:** *"A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis."* (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302) Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: *"Art. 25. ....*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."* Por outro lado, não há qualquer tipo incompatibilidade com o disposto no art. 239, que versa sobre a impossibilidade de nomeação de qualquer obra pública com nome de pessoas vivas, da Constituição Estadual, visto que o homenageado já veio a falecer. Ademais, conforme informação prestada mediante ofício, não possui denominação atribuída por Lei. Não existem, portanto, quaisquer outros óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da proposição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1947/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Terezinha Nunes  
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1947/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e  
Justiça, em 5 de agosto de 2014.

**Presidente:** Raquel Lyra.  
**Relator :** Terezinha Nunes.  
**Favoráveis os (5) deputados:** Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

Parecer N° 6435/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2014**  
**Autor:** Deputado Ricardo Costa

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR DE "COMPOSITOR LUIZ BANDEIRA", A ESTAÇÃO FLUVIAL DA RUA DO SOL, PROJETO RIOS DA GENTE, LOCALIZADA NA CIDADE DO RECIFE-PE. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa, que visa denominar de "Compositor Luiz Bandeira", a Estação Fluvial da Rua do Sol, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona **Alexandre de Moraes:** *"A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis."* (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302) Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: *"Art. 25. ....*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."* Por outro lado, não há qualquer tipo incompatibilidade com o disposto no art. 239, que versa sobre a impossibilidade de nomeação de qualquer obra pública com nome de pessoas vivas, da Constituição Estadual, visto que o homenageado já veio a falecer. Ademais, conforme informação prestada mediante ofício, não possui denominação atribuída por Lei. Não existem, portanto, quaisquer outros óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da proposição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Terezinha Nunes  
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e  
Justiça, em 5 de agosto de 2014.

**Presidente:** Raquel Lyra.  
**Relator :** Terezinha Nunes.  
**Favoráveis os (5) deputados:** Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

Parecer N° 6436/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 1949/2014**  
**Autor:** Deputado Ricardo Costa

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR DE "ALCIDES RESTELI TEDESCO", A ESTAÇÃO FLUVIAL DE SANTANA, PROJETO RIOS DA GENTE, LOCALIZADA NA CIDADE DO RECIFE-PE. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1949/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa, que visa denominar de "Alcides Resteli Tedesco", a Estação Fluvial de Santana, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE. O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se



inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.

Como leciona **Alexandre de Moraes**:

*“A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição.*

*Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.*

*São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30).*

*São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)*

Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte:

*“Art. 25. ....*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”*

Por outro lado, não há qualquer tipo incompatibilidade com o disposto no art. 239, que versa sobre a impossibilidade de nomeação de qualquer obra pública com nome de pessoas vivas, da Constituição Estadual, visto que o homenageado já veio a falecer. Ademais, conforme informação prestada mediante ofício, a referida rodovia não possui denominação atribuída por Lei. Não existem, portanto, quaisquer outros óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da proposição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1949/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

**Terezinha Nunes**  
**Deputada**

**3. Conclusão da Comissão**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1949/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.**

**Presidente: Raquel Lyra.**  
**Relator : Terezinha Nunes.**  
**Favoráveis os (5) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Tony Gel, Zé Maurício.**

## Parecer N° 6437/2014

**Projeto de Lei Ordinária nº 1950/2014**  
**Autor: Deputado Ricardo Costa**

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR DE “FERNANDO LOBO”, O GALPÃO DE MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO NÁUTICA, PROJETO RIOS DA GENTE, LOCALIZADA NA CIDADE DO RECIFE-PE. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1950/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa, que visa denominar e “Fernando Lobo”, o Galpão de Manutenção e Execução de Sinalização Náutica, Projeto Rios da Gente, localizada na cidade do Recife-PE.

O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

#### 2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.

Como leciona **Alexandre de Moraes**:

*“A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição.*

*Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.*

*São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30).*

*São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios*

*sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)*

Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte:

*“Art. 25. ....*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”*

Por outro lado, não há qualquer tipo incompatibilidade com o disposto no art. 239, que versa sobre a impossibilidade de nomeação de qualquer obra pública com nome de pessoas vivas, da Constituição Estadual, visto que o homenageado já veio a falecer. Ademais, conforme informação prestada mediante ofício, não possui denominação atribuída por Lei. Não existem, portanto, quaisquer outros óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da proposição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1950/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

**Terezinha Nunes**  
**Deputada**

**3. Conclusão da Comissão**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1950/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.**

**Presidente: Raquel Lyra.**  
**Relator : Terezinha Nunes.**  
**Favoráveis os (5) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.**

## Parecer N° 6438/2014

**Projeto de Resolução nº 2053/2014**  
**Autor: Deputado Isaltino Nascimento**

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA ConcedeR a Medalha Leão do Norte Mérito Direitos Humanos Herbert de Souza, ao cacique do povo Xukuru, Marcos Luindson de Araújo. INTELIGÊNCIA DO ART. 278, § 1º, I C/C 280 DO REGIMENTO INTERNO DESTE PODER. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução de nº 2053/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, que visa conceder a Medalha Leão do Norte Mérito Direitos Humanos Herbert de Souza, ao cacique do povo Xukuru, Marcos Luindson de Araújo.

É o relatório.

#### 2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada nos arts. 199,X e 280 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Conforme prescreve o art. 280, I, do Regimento Interno, compete a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça examinar os aspectos constitucionais, legais e regimentais relacionados com os projetos de resolução de concessão da Medalha Leão do Norte.

Eis o teor do supramencionado dispositivo regimental:

*“Art. 280. Os projetos de resolução de concessão da Medalha Leão do Norte serão submetidos à prévia apreciação das seguintes comissões:*

*I - Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para exame dos aspectos constitucionais, legais e regimentais;”*

Por outro lado, o agraciado atende aos requisitos previstos no inciso I do §1º do art. 278 do Regimento Interno.

Inexiste, portanto, qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a aprovação da proposição ora em análise.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2053/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento.

**Antônio Moraes**  
**Deputado**

**3. Conclusão da Comissão**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2053/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.**

**Presidente: Raquel Lyra.**  
**Relator : Antônio Moraes.**  
**Favoráveis os (5) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.**

## Parecer N° 6439/2014

**Projeto de Resolução nº 2054/2014**  
**Autor: Deputado Daniel Coelho**

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA CONCEDER a Medalha Leão do Norte Mérito Educacional Paulo Freire ao monge beneditino e escritor Marcelo Barros. INTELIGÊNCIA DO ART. 278, § 1º, IX C/C 280 DO REGIMENTO INTERNO DESTE PODER. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução de nº 2054/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho, que visa conceder a Medalha Leão do Norte Mérito Educacional Paulo Freire ao monge beneditino e escritor Marcelo Barros.

É o relatório.

#### 2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada nos arts. 199,X e 280 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Conforme prescreve o art. 280, I, do Regimento Interno, compete a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça examinar os aspectos constitucionais, legais e regimentais relacionados com os projetos de resolução de concessão da Medalha Leão do Norte.

Eis o teor do supramencionado dispositivo regimental:

*“Art. 280. Os projetos de resolução de concessão da Medalha Leão do Norte serão submetidos à prévia apreciação das seguintes comissões:*

*I - Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para exame dos aspectos constitucionais, legais e regimentais;”*

Por outro lado, o agraciado atende aos requisitos previstos no inciso IX do §1º do art. 278 do Regimento Interno.

Inexiste, portanto, qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a aprovação da proposição ora em análise.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2054/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho.

**Antônio Moraes**  
**Deputado**

**3. Conclusão da Comissão**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2054/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.**

**Presidente: Raquel Lyra.**  
**Relator : Antônio Moraes.**  
**Favoráveis os (5) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.**

## Parecer N° 6440/2014

**Projeto de Resolução nº 2055/2014**  
**Autor: Deputado Tony Gel**

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO QUE VISA concedeR a Medalha Leão do Norte, Mérito “Cultural Gilberto Freyre”, ao Instituto Ricardo Brennand. INTELIGÊNCIA DO ART. 278, § 1º, III C/C 280 DO REGIMENTO INTERNO DESTE PODER. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução de nº 2055/2014, de autoria do Deputado Tony Gel, que visa conceder a Medalha Leão do Norte Mérito “Cultural Gilberto Freyre”, ao Instituto Ricardo Brennand.

É o relatório.

#### 2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada nos arts. 199,X e 280 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Conforme prescreve o art. 280, I, do Regimento Interno, compete a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça examinar os aspectos constitucionais, legais e regimentais relacionados com os projetos de resolução de concessão da Medalha Leão do Norte.

Eis o teor do supramencionado dispositivo regimental:

*“Art. 280. Os projetos de resolução de concessão da Medalha Leão do Norte serão submetidos à prévia apreciação das seguintes comissões:*

*I - Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para exame dos aspectos constitucionais, legais e regimentais;”*

Por outro lado, o agraciado atende aos requisitos previstos no inciso III do §1º do art. 278 do Regimento Interno.

Inexiste, portanto, qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a aprovação da proposição ora em análise.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2055/2014, de autoria do Deputado Tony Gel.

**Antônio Moraes**  
**Deputado**

**3. Conclusão da Comissão**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2055/2014, de autoria do Deputado Tony Gel.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de agosto de 2014.**

**Presidente: Raquel Lyra.**  
**Relator : Antônio Moraes.**  
**Favoráveis os (5) deputados: Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Zé Maurício.**

## Indicações

## Indicação N° 8553/2014

Indicamos à Mesa, depois de ouvido o plenário, obedecido às normas regimentais, que seja formulado veemente apelo ao Exmo. Sr. Superintendente do DNIT-PE **EUCLIDES BANDEIRA DE SOUZA NETO**, no sentido de que sejam construídos redutores de velocidade (sonorizadores e quebra molas), na BR 423 Km. 136, no trecho que passa no povoado localizado no Sítio Meladinho, especificamente em frente à Escola Sebastião Paes de Melo, no município de Saloá-PE.

Da decisão desta Casa bem como do inteiro teor da presente proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito **MANOEL RICARDO DE ANDRADE LIMA ALVE**, com endereço a Praça São Vicente, 43 - CEP: 55.330-000, a Câmara Municipal, com endereço a Praça São Vicente, 31, Centro CEP: 55.350-000 e a Associação Comunitária dos Produtores Rurais José Felix de Barros, com endereço no Sítio Meladinho – CEP. 55.350.000, todos no município de Saloá-PE.

**Justificativa**

A referida Indicação prende-se ao fato de que é de extrema importância que seja feita a construção destes redutores de velocidade (sonorizadores e quebra molas), pois, devido ao tráfego de veículos nesta BR, que passam em alta velocidade, vem ocasionando insegurança aos moradores e estudantes do referido povoado que precisam atravessar a pista neste local.

Considera-se também que esta reivindicação partiu dos moradores e das mães que residem nestes locais, que se preocupam com a vida de seus filhos e também de outros moradores. Existe no referido trecho, movimento razoável de pessoas que circulam neste local e, também, crianças que brincam nas calçadas, na rua, que vão à escola. Os moradores afirmam que se a proposição for acatada, com a construção das lombadas e sonorizadores, o que forçaria a diminuição da velocidade dos veículos, evitaria, assim, transtornos e até acidentes que já ocorreram e poderão vir novamente a acontecer.

**Sala das Reuniões, em 4 de agosto de 2014.**

**Marcantônio Dourado**  
**Deputado**

## Indicação N° 8554/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar, no município de Cumaru/PE, um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Vossa Excelência Reverendíssima, **Dom Severino Batista de França**, Bispo da Diocese de Nazaré, com endereço a Praça Herculano Bandeira, 35- Centro - Caixa. Postal 02 - Nazaré da Mata/PE – CEP: 55.800-000; ao Reverendíssimo **Padre Sérgio Roberto (Pe. Célio)**, Pároco da Igreja **Santa**



**Teresinha**, com endereço a Praça Virgínia Heráclio, 49 – Centro – Condado/PE – CEP: 55.655-000; ao Excelentíssimo Senhor **Eduardo Gonçalves Tabosa Jr.**, Prefeito do Município de Cumaru, Prefeitura do Município de Cumaru, com endereço a Praça Antônio Gomes Pereira, 09 – Centro – Buenos Aires/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor **Marcos Antônio Bezerra Costa**, Vice-Prefeito do Município de Cumaru, Prefeitura do Município de Cumaru, com endereço a Rua João Moura Borba, 224 – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Genilson Monteiro**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Canizio Gonçalves de Lima Neto**, Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Nadjane Maria Peixoto**, Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Givaldo Pereira de Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Gustavo Jorge Lucena de Vasconcelos**, Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Humberto de Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Gilvan da Silva Barbosa**, Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Gomes da Silva Filho**, Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jonas Rodrigues de Melo**, Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antônio Américo Jesus M. de Medeiros**, Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jonas Rodrigues de Melo**, Câmara Municipal de Vereadores de Cumaru, com endereço a Rua Osório Ferreira dos Santos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55655-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cumaru**, com endereço à Rua João Moura Borba, 111- Centro – Cumaru/PE - CEP: 55655-000; à **Direção da Rádio Comunitária e Cultural Cumaruense**, com endereço à Rua Severino Lemos, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55.655-000; a **Direção da Rádio Comunitária Cumaru FM**, com endereço à Praça Virgínia Heraclio, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55.655-000 e ao Professor **José Valcílio Bento de Almeida**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Manoel Gonçalves de Lima, com endereço a Rua João de Moura Borba, 306 - Centro – Cumaru/PE – CEP: 55.655-000.

#### Justificativa

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8555/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar no município de Canhotinho/PE, um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Vossa Excelência Reverendíssima, **Dom Fernando José Monteiro Guimarães**, Bispo da Diocese de Garanhuns, com endereço a Av. Santo Antônio, 61 - Centro – Caixa Postal 54 – Garanhuns/PE – CEP: 55.293-000; ao Reverendíssimo **Padre Rivaldo Peixoto de Araújo**, Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, com endereço a Rua Eugênio Tavares de Miranda, 341- Centro – Canhotinho/PE – CEP: 55.420-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade de Canhotinho, **Felipe Porto de Barros Wanderley Lima**, com endereço à Rua Afonso Pena, n° 122, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito da Cidade de Canhotinho, **Erinaldo dos Santos**, com endereço à Rua Afonso Pena, n° 122, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sérgio Antônio Vilela**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n - Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Célio Alberto Gomes de Amorim**, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; a

Excelentíssima Senhora Vereadora **Aline de Oliveira e Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Sarah Roberta Passos Leandro**, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edemilson Borges da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edilberto de Melo Barbosa**, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Érico Gustavo Tenório Vilça Rodrigues**, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Josias Ferreira Vellozo**, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Marco Antônio Magalhães Torres**, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Plácido Roberto Leite dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao **Professor Bartolomeu Antônio Ferreira de Lima**, Gestor da Escola Amélia Gueiros Leite, com endereço a Rua Benjamim Constant, s/n - Centro – Canhotinho/PE - CEP 55.420.000; ao **Professor Paulo Henrique Gregório da Silva**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Jerônimo Gueiros, com endereço a Rua Quintino Bocaiuva, s/n - Centro – Canhotinho/PE - CEP 55.420.000; a **Professora Etiane Nanes de Oliveira**, Gestora da Escola Padre Antônio Callou de Alencar, com endereço a Rua Alto do Parasita, 208 - Centro – Canhotinho/PE - CEP 55.420.000; a **Professora Etiane Nanes de Oliveira**, Gestora da Escola Padre Antônio Callou de Alencar, com endereço a Rua Alto do Parasita, 208 - Centro – Canhotinho/PE - CEP 55.420.000 e a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Comunitária Canhotinho FM**, com endereço a Rua Eugenio Tavares de Miranda, 341 – Centro - Canhotinho/PE - CEP 55.420.000.

#### Justificativa

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8556/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar no município de Camutanga/PE um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Vossa Excelência Reverendíssima, **Dom Severino Batista de França**, Bispo da Diocese de Nazaré, com endereço a Praça Herculano Bandeira, 35- Centro - Caixa. Postal 02 - Nazaré da Mata/PE – CEP: 55.800-000; ao Reverendíssimo **Padre Luiz Jorge de Carvalho**, Pároco da Igreja Nossa Senhora do Rosário, com endereço a Av. Pedro Albuquerque Uchôa, s/n – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Camutanga, **Armando Pimentel da Rocha**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Camutanga, **Lenildo Pereira Correia da Silva**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara do município de Camutanga, Vereador **Silvio Luiz Pimentel**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara do município de Camutanga, **Antônio Francisco Lacerda**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara do município de Camutanga, **Antônio Trigueiro da Silva**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara do município de Camutanga, **João Chaves Leite**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara do município de Camutanga, **José Fernando do Nascimento**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara do município de Camutanga, **José Ricardo de Almeida**, com

endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara do município de Camutanga, **Lucia Aparecida Correia Vieira**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara do município de Camutanga, **Zilma de Albuquerque Martins da Rocha**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara do município de Camutanga, **Luiz Carlos Pereira de Melo**, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, 240 – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55.930-000; a **Diretoria da Rádio Maria**, com endereço à Rua Santa Cruz, s/n – Centro – Camutanga/PE – CEP: 55930-970; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camutanga**, com endereço à Rua Pedro Albuquerque Uchoa, 324 - Centro – Camutanga/PE – CEP: 55930-000 e a Professora **Maria Cecília da Souza Freire Barbosa**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Pedro Tavares, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 152 Centro – Camutanga/PE - CEP 55.930-000.

#### Justificativa

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8557/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar no município de Capoeiras/PE um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Vossa Excelência Reverendíssima, **Dom Fernando José Monteiro Guimarães**, Bispo da Diocese de Garanhuns, com endereço a Av. Santo Antônio, 61 - Centro – Caixa Postal 54 – Garanhuns/PE – CEP: 55.293-000; ao Reverendíssimo **Mons. Geraldo Batista de Lima**, Pároco da Paróquia de São José, com endereço a Rua Aprígio Inácio, 405 - Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55365-000;a Excelentíssima Senhora **Lucineide Almeida da Silva**, Prefeita do Município de Capoeira, com endereço a Av. 31 de Março, s/n – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365.000; ao Excelentíssimo Senhor **Júlio Valença da Costa**, Vice-Prefeito do Município de Capoeira, com endereço a Av. 31 de Março, s/n – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365.000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Aliton Lino de Araújo**, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antônio Alberto Da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antônio Roberto de Almeida**, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Carlos Junior Rodrigues**, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edson de Almeida Costa**, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Erico Barbosa Calado**, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Geraldo Soares De Barros**, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Nielson dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Romero Reino Barros**, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhora Vereadora **Romero Reino Barros**, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000 e a **Professora Rosana das Neves Souto Albuquerque**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, com endereço a Praça Padre Cícero, s/n - COHAB – Capoeiras/PE - CEP 55.365.000.

#### Justificativa

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de

deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8558/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar no município de Carnaíba/PE um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Carnaíba, **José Mário Cassiano Bezerra**, com endereço à Rua Presidente Kennedy, s/n, Carnaíba/PE - CEP: 55820-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Carnaíba, **Jeovane Adriano da Silva**, com endereço à Rua Presidente Kennedy, s/n, Carnaíba/PE - CEP: 55820-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **José Júnior Gomes Tenório**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Irenildo Pereira dos Santos**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **José Ivam Pereira**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Vanderbio Quixabeira da Silva**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Cícero Batista Lima**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba,, **José Everaldo Rodrigues Patriota**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Edval Morato da Silva**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Carnaíba, **Ruberval Amaral de Lira Junior**, com endereço à Rua Saturino Bezerra, 32 - Centro – Carnaíba/PE - CEP: 56.820-00; a **Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carnaíba**, com endereço à Rua José Martins, s/n - Centro – Carnaíba/PE – CEP: 56820-000; a Ilustríssima Senhora **Cecília Patriota**, **Gerente Regional de Educação-GRE**, com endereço a Rua Arthur Padilha, s/n - Centro - Afogados da Ingazeira - PE CEP: 56800-000; ao **Professor Antônio de Lisboa Nunes Gomes**, Gestor da Escola Técnica Estadual Professor Paulo Feire, com endereço a Rua Projetada, s/n - Santa Luzia – Carnaíba/PE - CEP 56.820-000; ao **Professor Marcos Emiliano Nascimento**, Gestor da Escola João Gomes dos Reis, com endereço a Rua Mário Melo, s/n - CEP 56.820.000– Centro - Carnaíba/PE - CEP 56.820-000; a **Professora Maria Aparecida Teotônio Pereira Rabêlo**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Joaquim Mendes da Silva, com endereço a Rua Presidente Kennedy, s/n – Centro - Carnaíba/PE - CEP 56.820.000 e a **Diretoria da Associação da Rádio Comunitária Cristo Redentor FM**, com endereço a Praça Nossa Senhora de Lourdes, 132 – Centro – Carnaíba/PE – CEP: 56820-000.

#### Justificativa

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8559/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar, no município de Carpina/PE, um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Vossa Excelência Reverendíssima, **Dom Severino Batista de França**, Bispo da Diocese de Nazaré, com endereço a Praça Herculano Bandeira, 35- Centro - Caixa. Postal 02 - Nazaré da Mata/PE – CEP: 55.800-000; ao Reverendíssimo **Padre Sergio Santana de Souza**, Pároco da Igreja Nossa Senhora do Rosário, com endereço a Rua Dr. João Pessoa, 90 – Centro – Chã de Alegria/PE – CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Chã de Alegria, **Marcos Gomes do Amaral**, com endereço à Rua Siqueira Campo, s/n - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice - Prefeito do Município de Chã de Alegria, **Jose Leite de Santana**, com endereço à Rua Siqueira Campo, s/n - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Telmo Beltrão Pessoa**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Albino Carneiro de Andrade**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Evandro De Castro Silva**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jorge Diomedes da Silva**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jose Gustavo de Lima**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jorge Diomedes da Silva**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jose Gustavo de Lima**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jose Pedro de Moraes**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Manoel Gomes do Amaral**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jorge Diomedes da Silva**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Manoel Gomes do Amaral**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Telmo Beltrão Pessoa**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Marinaldo Antonio de Souza Santos**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro CEP: 55.835-000; ao Senhor **Mariano Manoel de Massena Filho**, com endereço na Chácara Bom Jesus, s/n – Zona Rural – Chã de Alegria/PE – CEP: 55.835-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chã de Alegria**, com endereço à Rua Manoel Borba, 42 - Centro – Chã de Alegria/PE - CEP: 55835-000; à **Direção e Comunicadores da Rádio Comunitária Chã FM**, com endereço à Rua Djalma Dutra, s/n – Centro – Chã de Alegria/PE – CEP: 55.835-000 e a **Professora Isabela Tomaz de Sousa**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Presidente Costa e Silva, com endereço a Rua Barbosa Lima, s/n – Centro – Chã de Alegria/PE – CEP: 55835-000.

### Justificativa

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8560/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar, no município de Chã de Alegria/PE, um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Vossa Excelência Reverendíssima, **Dom Severino Batista de França**, Bispo da Diocese de Nazaré, com endereço a Praça Herculano Bandeira, 35- Centro - Caixa. Postal 02 - Nazaré da Mata/PE – CEP: 55.800-000; ao Reverendíssimo **Padre Sergio Santana de Souza**, Pároco da Igreja Nossa Senhora do Rosário, com endereço a Rua Dr. João Pessoa, 90 – Centro – Chã de Alegria/PE – CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Chã de Alegria, **Marcos Gomes do Amaral**, com endereço à Rua Siqueira Campo, s/n - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice - Prefeito do Município de Chã de Alegria, **Jose Leite de Santana**, com endereço à Rua Siqueira Campo, s/n - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Município de Chã de Alegria, **Telmo Beltrao Pessoa**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Albino Carneiro de Andrade**, com

endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Evandro De Castro Silva**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jorge Diomedes da Silva**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jose Gustavo de Lima**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 – Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Jose Pedro de Moraes**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Manoel Gomes do Amaral**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Telmo Beltrão Pessoa**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro - CEP: 55.835-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Chã de Alegria, **Marinaldo Antonio de Souza Santos**, com endereço à Rua Siqueira Campos, 115 - Centro CEP: 55.835-000; ao Senhor **Mariano Manoel de Massena Filho**, com endereço na Chácara Bom Jesus, s/n – Zona Rural – Chã de Alegria/PE – CEP: 55.835-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chã de Alegria**, com endereço à Rua Manoel Borba, 42 - Centro – Chã de Alegria/PE - CEP: 55835-000; à **Direção e Comunicadores da Rádio Comunitária Chã FM**, com endereço à Rua Djalma Dutra, s/n – Centro – Chã de Alegria/PE – CEP: 55.835-000 e a **Professora Isabela Tomaz de Sousa**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Presidente Costa e Silva, com endereço a Rua Barbosa Lima, s/n – Centro – Chã de Alegria/PE – CEP: 55835-000.

### Justificativa

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8561/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar, no município de Chã Grande/PE, um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Vossa Excelência Reverendíssima, **Dom Bernardino Marchió**, Bispo da Diocese de Caruaru, com endereço a Praça Deputado Henrique Pinto, 99 - Centro – Centro, Caruaru/PE - CEP: 55.004-190; ao Reverendíssimo **Padre José Alexandre Gomes Ramos Pontes**, Pároco da Paróquia São José, com endereço a Avenida José Faustino dos Santos, s/n - Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55.636-000; ao Excelentíssimo Senhor **Daniel Alves de Lima**, Prefeito do Município de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 101 – Centro – Recife/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor **José Leonardo de Lira**, Vice-Prefeito do Município de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 101 – Centro – Recife/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sérgio Luiz Magalhães**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Danielle Chrystine Alves de Lima Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Glivan Pereira de Lima**, Câmara Municipal de Vereadores de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Glivan Pontaleão**, Câmara Municipal de Vereadores de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Inaldo Ferreira da Cruz**, Câmara Municipal de Vereadores de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Janilson José dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jorge Luis da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Henrique da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Maria de Melo**, Câmara Municipal de Vereadores de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sandro Correa dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Severino Manuel da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de

Chã Grande, com endereço a Av. São José, 36 – Centro – Chã Grande/PE – CEP: 55635-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chã Grande**, com endereço à Rua Manoel Faustino Queiroz, 149 - Centro – Chã Grande/PE - CEP: 55636-000; a **Prof.ª Ana Maria Xavier de Melo Santos**, Gerente da Regional de Educação - GRE, com endereço na Rua Dr. José Augusto, s/n Matriz de Santo Antônio Vitória de Santo Antão - PE - CEP: 55600-000 e à **Profª. Zaneide Maria dos Santos Campos**, Escola de Referência em Ensino Médio João Batista de Vasconcelos, com endereço a Rua Frei Caetano de Messina, s/n - Centro – Chã Grande/PE - CEP 55.636.000.

### Justificativa

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8562/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar, no município de Condado/PE, um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Excelentíssima Senhora **Sandra Felix da Silva**, Prefeita do Município de Condado/PE, com endereço a Praça 11 de Novembro, 88 – Centro – Condado/PE – CEP: 55940-000; ao Excelentíssimo Senhor **José Nildo Lopes de Sousa**, Vice-Prefeito do Município de Condado, com endereço a Praça 11 de Novembro, 88 – Centro – Condado/PE – CEP: 55940-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Marcelo Falcão de Moura**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Condado, com endereço a Av. 15 de Novembro, 668 - Centro - Condado/PE - CEP: 55940-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Fernando Ferreira do Nascimento**, Câmara Municipal de Vereadores de Condado, com endereço a Av. 15 de Novembro, 668 - Centro - Condado/PE - CEP: 55940-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edinaldo do Nascimento da Silva Filho**, Câmara Municipal de Vereadores de Condado, com endereço a Av. 15 de Novembro, 668 - Centro - Condado/PE - CEP: 55940-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Genivaldo Marinho de Barros**, Câmara Municipal de Vereadores de Condado, com endereço a Av. 15 de Novembro, 668 - Centro - Condado/PE - CEP: 55940-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Samuel Vieira de Andrade**, Câmara Municipal de Vereadores de Condado, com endereço a Av. 15 de Novembro, 668 - Centro - Condado/PE - CEP: 55940-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Elias Gomes da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Condado, com endereço a Av. 15 de Novembro, 668 - Centro - Condado/PE - CEP: 55940-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Carlos Antônio dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Condado, com endereço a Av. 15 de Novembro, 668 - Centro - Condado/PE - CEP: 55940-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Josué Raimundo Marques da Fonseca**, Câmara Municipal de Vereadores de Condado, com endereço a Av. 15 de Novembro, 668 - Centro - Condado/PE - CEP: 55940-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Elizânia Silva de Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores de Condado, com endereço a Av. 15 de Novembro, 668 - Centro - Condado/PE - CEP: 55940-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado**, com endereço à Rua 7 de Setembro, 353 - Centro – Condado/PE - CEP: 55940-000; à **Direção da Rádio Nova FM – Condado**, com endereço à Rua Severino Correa, 56 – Centro – Condado/PE – CEP: 55.940-000; a Professora **Genilce Teófilo da Silva Moura**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Antônio Correia de Oliveira Andrade, com endereço na Av. 15 de Novembro, 888 - Centro – Condado/PE - CEP 55.940-000 e a Professora **Mariluce Felix dos Santos**, Gestora da Escola Júlio Correia de Oliveira Melo, com endereço na Rua José Gaião, 232 - Centro - Condado/PE - CEP 55.940-000.

### Justificativa

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8563/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar, no município de Custódia/PE, um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Custódia, **Luiz Carlos Gaudencio de Queiroz**, com endereço à com endereço à Travessa Heleno Aleixo, 132- 1º andar - Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Custódia, **Emmanuel Fernandes de Freitas Gois**, com endereço à com endereço à Travessa Heleno Aleixo, 132- 1º andar - Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Custódia, Vereador **Ivanildo Luiz da Silva**, com endereço à Praça Padre Leão, 15 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Custódia, **Carlos Gonzaga de Moraes**, com endereço à Praça Padre Leão, 15 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Custódia, **Cícero Rodrigues de Almeida**, com endereço à Praça Padre Leão, 15 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Custódia, **Francisco Lima Leite**, com endereço à Praça Padre Leão, 15 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Custódia, **Gilberto Nunes Valeriano**, com endereço à Praça Padre Leão, 15 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Custódia, **José Neto Nunes de Lima**, com endereço à Praça Padre Leão, 15 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Custódia, **Paulino Gomes da Silva**, com endereço à Praça Padre Leão, 15 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Custódia, **Ronivaldo Pinto Barbalho**, com endereço à Praça Padre Leão, 15 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Custódia, **Uilson Bezerra de Moraes**, com endereço à Praça Padre Leão, 15 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Custódia, **Maria Yolanda do Amaral Santos**, com endereço à Praça Padre Leão, 15 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56640-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Custódia**, com endereço à Avenida Luiza Epamenodas, 125- Centro – Custódia/PE - CEP: 56640-000; a **Professora Benigna Maria Amaral Dantas Silva**, Gestora da Escola Gal Joaquim Inácio, com endereço a Av. Dr. Manoel Borba, 251 – Centro – Custódia/PE – CEP: 56.640.000; a **Professora Maria de Fátima Rael Amaral Santana**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio José Pereira Burgos, com endereço a Av. José Gonçalves Florêncio, s/n - Mandacaru I – Custódia/PE – CEP: 56.640.000 e a **Gestora e Professores da Escola Estadual Quilombola Vereadora Alzira Tenório do Amaral**, com endereço na Comunidade Quilombola de Buenos Aires, s/n - Distrito de Quitimbu – Custódia/PE – CEP: 56.640-000.

### Justificativa

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

**Ricardo Costa**  
**Deputado**

## Indicação N° 8564/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, **no sentido de analisar a possibilidade de criar, no município de Escada/PE, um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.**

**Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Reverendíssimo Padre José Valdir Bezerra da Silva, Pároco da Igreja Nossa Senhora da Apresentação**, com endereço a Rua da Matriz, 28 – Centro – Escada/PE – CEP: 55.500-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito **Lucrecio Jorge Gomes Pereira da Silva**, com endereço à com

endereço à Avenida São José, 101 – Centro – Escada/PE – CEP: 55.500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito **Lailton Saviou Sousa Nogueira**, com endereço à Avenida São José, 101 – Centro – Escada/PE – CEP: 55.500-970; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Escada, Vereador **Rinaldo José de Lima**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Alberto Pereira Oliveira**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Amaro Ferreira da Silva**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Arlindo Pereira Oliveira Filho**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Elias Ribeiro de Carvalho**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Flavio Rodrigues da Silva**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Jose Macedonio Soares**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Jose Mario do Nascimento**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Paulo Saviou de Almeida Junior**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Rodrigo Fabiany Wanderley Pontes de Melo**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Severino André Dias Junior**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Severino Francisco dos Santos**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; a Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Escada, **Sandra Valéria Rodrigues Vieira do Nascimento**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; a **Prof.ª Risolene Rita de Melo Ferraz Barreto**, Gestora Escola Técnica Estadual Luiz Dias Lins, com endereço na BR-101 - Sul - Km-124, s/n - Riacho do Navio - Escada/PE – CEP: 55.500.000; ao **Prof. Tony Manoel Catta**, Gestor Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Eraldo Campos, com endereço na Av. 24 de maio, s/n - Santo Antônio - Escada/PE – CEP: 55.500.000; a **Prof.ª Maria Aparecida Albuquerque Santos Pinheiro**, Gestora Escola de Referência em Ensino Médio Mons. João Rodrigues de Carvalho, com endereço na Praça da Bandeira, 23 – Centro - Escada/PE – CEP: 55.500.000; a **Prof.ª Maria Marta Lima de Sousa**, Gestora Escola Dr. Fernando Campelo, com endereço na Rua 07 de Setembro, 104 - Riacho do Navio Escada/PE – CEP: 55.500.000; ao **Prof. Nicodemus Francisco de Lima**, Gestor Escola Vigarão Pedrosa, com endereço na Rua Dr. Alfredo Corrêa, s/n - Atalaia - Escada/PE – CEP: 55.500.000; ao Ilustríssimo Senhor **José Alves da Silva**, com endereço à Rua Antônio Ramiro, 06 – Vila Operária – Escada/PE – CEP: 55000-000; à **Diretoria e Comunicadores da Rádio Comunitária de Frexeiras FM**, com endereço a **Rua Ministro André Cavalcanti**, s/n - Vila Frexeiras – Escada/PE – CEP: 55000-000; à **Diretoria e Comunicadores da Rádio Digital FM**, com endereço a Rua Vigarão Simão, s/n – Centro – Escada/PE – CEP: 55000-000 e a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Alternativa FM 105,9**, com endereço a Av. São José, 40 – Centro – Escada/PE – CEP: 55000-500.

**Justificativa**

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

## Indicação N° 8565/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, no sentido de analisar a possibilidade de criar, no município de **Feira Nova/PE**, um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor **Nicodemos Ferreira de Barros**, Prefeito do Município de Feira Nova, com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; ao Excelentíssimo Senhor **José Araújo de Lima Filho**, Vice-Prefeito do Município de Feira Nova, com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Feira Nova, Vereador **Antônio Salustiano de Melo**, com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Josué Manoel da Silva**, com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-

000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Maria Barbosa da Silva**, com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; ao Excelentíssimo Senhor **Ivo Alves Dutra** , com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Edinice Candido Gonzaga Pereira** , com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Araújo Lima Irmão** , com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Amaro Lucio Ramalho de Sá**, com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Josenildo Taurino de Paula**, com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antônio André de Freitas**, com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Valter Manoel da Cruz**, com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; Excelentíssimo Senhor Vereador **José Eraldo Ferreira**, com endereço a Rua Silva Jardim, 51 – Centro - Feira Nova/PE - 55710-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira Nova**, com endereço à Rua Doutor Manoel Borba, 03 – Centro – Feira Nova/PE – CEP: 55715-000 e a **Presidência da Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Feira Nova 98.50MHz**, com endereço à Rua Silva Jardim, 08 – Centro - Feira Nova/PE – CEP: 55.715-000.

**Justificativa**

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

## Indicação N° 8566/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, no sentido de analisar a possibilidade de criar, no município de Abreu e Lima/PE, um Banco de próteses, cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos, para atender a idosos e pessoas portadoras de deficiência.

da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Reverendíssimo **Padre Manoel Marques de Miranda**, Pároco da Igreja São José, com endereço a Av. Duque de Caxias, 639 – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53580-020; ao Reverendíssimo **Padre James de Lucena Galvão**, Pároco da Igreja São João Bosco, com endereço a Av. D. s/n – Caetés I - Abreu e Lima/PE – CEP: 53.540-250; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Abreu e Lima, **Marcos José da Silva**, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.510-000, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Abreu e Lima, **Josias Azevedo**, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Abreu e Lima/PE, **Herbert Varela Fonseca**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Eden Pedro de Lima**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Beijamin Ivo Batista**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Elton Lennin Souza de Vasconcelos**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Fabio Henrique da Silva**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Jose Elias Pereira da Cruz**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Juliana Paranhos Macedo Gomes Ferreira**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Marcos Aurelio da Silva**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Murilo Vieira dos Santos**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Natalício da Costa Alves**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Rostand Cavalcanti Belem**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.450-000, ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Abreu e Lima/PE, **Evandro Alves de Lima**, com endereço à Rua Nossa Senhora de Santa Rita, 10 – Galeria – Santa Rita – Centro – CEP: 53510-080 - Abreu e Lima/PE; a Excelentíssima Senhora, **Anne Banja**,

Secretaria de Governo, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Sérgio Arocha**, Secretário de Administração, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Carlos Cardoso dos Anjos**, Secretário de Planejamento, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a Excelentíssima Senhora, **Cristiane Moneta**, Secretária de Finanças, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssima Senhora, **Ana Carla Mendonça**, Secretária de Saúde, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a Excelentíssima Senhora, **Adna Rodrigues**, Secretária de Educação, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Antônio José Gadelha Jr.**, Secretário de Desenvolvimento Econômico, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Dirceu Menelau**, Secretário de Habitação, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Wellington Tiago**, Secretário de Turismo e Cultura, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a **Professora Miriam Maria da Paz**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Maria Vieira Multerno, com endereço a Rua Alto Bela Vista s/n – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Rosinete Justino da Silva**, Gestora da Escola de Abreu e Lima, com endereço a Rua Cedro, s/n - Cohab – Matinha - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Ronicley Negromonte de Oliveira**, Gestora da Escola Profª Stela Mª Santos Pinto Barros, com endereço a Rua Av. Manjope, 200 Timbó - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; ao **Professor Isaías Júlio de Oliveira**, Gestora da Escola General Abreu e Lima, com endereço a Av. Duque de Caxias, 660 - Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Rosângela Mendes Soares Pessoa**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Luiz Rodolfo de Araújo Júnior, com endereço a Av. Pr. Amaro de Sena, s/n - Caetés I COHAB - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Maria de Fátima do Nascimento**, Gestora da Escola Marechal Costa e Silva, com endereço a Av. Mal. Costa e Silva, 207 - Caetés - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.550.020; a **Professora Marinalva Lima Baracho**, Gestora da Escola Orfanato Estrela de Bethel, com endereço a Rua Missionário Signe Carlson, s/n - Alto do Planalto - Abre3u e Lima/PE - CEP: 53.520.720; ; ao **Professor Daniel Rildson Ramos do Nascimento**, Gestora da Escola Pastor Amaro de Sena, com endereço a Rua 07 - s/n - Cohab - Caetés II – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.540-240; a **Professora Maria Teresa Gabriel Martins**, Gestora da Escola Polivalente de Abreu e Lima, com endereço a Praça da Bandeira, s/n – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.510.470; ao **Professor Guilherme Freire Santiago**, Gestora da Escola Profª Isaura de França, com endereço a Rua 176, s/n - Q. 198 - Caetés I – Abreu e Lima/PE - CEP 53.530.452; a **Professora Elisabete de Melo Dino de Amorim**, Gestora da Escola Profª Azinete Ramos Carneiro, com endereço a Rua 43 Quadra 59, s/n - Caetés III COHAB- CEP: 53.515.040 e a **Diretoria de Comunicadores da Acecal Rádio Comunitária Dom Bosco de Abreu e Lima**, com endereço a Av. D, 438 – Caetés - Abreu e Lima/PE – CEP: 53540-250.

**Justificativa**

A criação do Banco acima citado é de suma importância para melhorar o atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência que, no estado de Pernambuco, tem a sua maioria representada por uma população de baixa renda, o que dificulta bastante a aquisição de cadeiras de rodas e próteses diversas, inclusive de natureza ocular.

Por assim ser é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, em especial à Excelentíssima Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, para que analisem o teor deste pleito no sentido de materializá-lo, objetivando beneficiar essa parcela significativa da nossa população, o que representaria alcance social dos maiores para Pernambuco.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia Legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização.

**Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2014.**

## Requerimientos

## Requerimento N° 3579/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa o artigo *“O Papa Santo no Recife”*, de autoria do advogado **Silvio Amorim**, publicado no Jornal do Commercio, seção Opinião, em 03 de agosto de 2014.

Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento ao advogado **Silvio Amorim**, com endereço na Av. Beira Rio, 230, apt. 1501, Ilha do Retiro, Recife-PE, CEP: 50750-400; ao ex-senador **Marco Maciel**, com endereço na Av. Boa Viagem, 4160, apt 1002, Edf. Tiradentes, Boa Viagem, Recife-PE, CEP: 51021-000; e ao ex-deputado federal **Roberto Magalhães**, com endereço na rua Visconde de Suassuna, 923, Sala 505, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-540; e ao arcebispo de Olinda e Recife, **Dom Fernando Saburido**, com endereço na Av. Rui Barbosa, 409, Graças, Recife-PE, CEP: 52011-400; e à professora de Direito Internacional da Faculdade Damas, **Margarida Cantarelli**, com endereço na Avenida Rui Barbosa, 1426 B, Graças, Recife-PE, CEP: 52050-000.

O artigo em tela descreve a visita do então Papa João Paulo II ao Recife, em 1980. Trata-se de um dos maiores acontecimentos históricos do nosso estado e que foi vivenciado pelo ilustre autor, com destaque para a atuação de uma comissão encarregada de organizar esse grandioso evento que, na época, contou com a valerosa colaboração de Marco Maciel, Margarida Cantarelli e dom Helder Camara.

Portanto, segue na íntegra o referido texto:

*O Papa Santo no Recife*

Corria o ano de 1980. Uma boa nova enche de alegria e expectativa todos os pernambucanos: o papa João Paulo II vem ao Recife! Era a primeira visita de um sumo pontífice à América do Sul, ao Brasil e visitaria Pernambuco. Houve uma mobilização de toda sociedade, de instituições e comunidades. Uma comissão para organizar o grande evento de proporções nunca antes vistas em nossa terra foi composta pela arquidiocese de Olinda e do Recife, Casa Civil do governo de Pernambuco e o Comando do IV Exército. O Santo Padre, além de líder religioso era chefe de Estado, portanto todo aparato era necessário, principalmente por seu carisma e pelo que representava no mundo cristão. Havia uma saudável euforia da população. Mons. Paul Marcinkus, representando o Estado do Vaticano, fazia a viagem precursora avaliando com a Comissão todos os detalhes da visita de João Paulo II.

No fim da tarde de uma sexta-feira, um mês antes da santa visita, chega uma comunicação reservada ao então governador Marco Maciel, preparando-o para o cancelamento da passagem do papa por Pernambuco, devido à extensa agenda papal no Brasil. A notícia caiu como um míssil dentro do Palácio. Pernambuco, Estado com profunda raiz religiosa, não poderia sofrer uma decepção dessas. Essa "bomba", já com relógio ligado em contagem regressiva, ficou em mãos de Marco Maciel, que de plano não aceitava, e deu a Margarida Cantarelli, então chefe da Casa Civil. Marco Maciel, que sempre foi um católico fiel, praticante e cristão em todas as suas ações, não iria permitir que Pernambuco tivesse essa decepção. Reuniram-se no gabinete do governador para articular e reverter a situação. O governador não autorizou a divulgação até esgotar as possibilidades.

Após uma série de contatos no circuito Recife/Brasília/Vaticano, no sábado à noite, uma carta estava pronta para ser levada ao núncio apostólico, embaixador do Estado do Vaticano no Brasil, dom Carmine Rocco. Foi escalado, como subchefe da Casa Civil, para ser o portador da mensagem. No avião do governo do Estado não chegaria a tempo. Era "mensagem a Garcia". Sai para pegar o primeiro voo, foi uma viagem tensa. Havia naquela época grandes dificuldades de voos com cancelamentos e atrasos. O anúncio apostólico marcou um café da manhã para as 7hs, após celebrar sua missa dominical. Recebido gentilmente pelo reverendíssimo, ele prometeu tratar do assunto diretamente com o Santo Padre.

Uma espera angustiante. Quando chegou a confirmação da visita do Papa ao Recife veio o alívio e uma grande vontade de fazer um evento para ficar na história do Recife, de Pernambuco, como ficou.

Margaritha Cantarelli e dom Helder Camara, então nosso arcebispo, coordenaram um evento único e que dificilmente será superado em emoção, sentimentos, asf4, organização e logística. No dia 7 de julho daquele ano, às 15h42, o papa João Paulo II era recebido ao pé da escada do Boeing 737 da FAB por dom Helder Camara, Marco Maciel e esposa Anna Maria com o chefe do cerimonial, Augusto Rodrigues Filho. Quem viveu a época sabe do que estou falando. A área do Joana Bezerra, onde hoje esta o Fórum, tendo o viaduto como altar, foi o palco do testemunho de fé. O desfile no papamóvel por 24 km passou pelas principais vias do Recife e ao passar pelo Palácio do Campo das Princesas encontrou os cadeirantes reunidos no calçadão com a seguinte mensagem ao papa andariho: "João Paulo, andai por nos".

Conto hoje esta história para registrar um acontecimento relevante de bastidores e que, por extrema discrição, o governador Marco Maciel sempre evitou divulgar. Poderíamos estar lamentando o que não aconteceu, mas o Santo Padre, hoje só santo, tinha um fiel escudeiro em terras nunca d'antes beijada."

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

**Tony Gel**  
**Deputado**

## Requerimento N° 3580/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, no dia de hoje, **Voto de Congratulações à população do Município de Pedra/PE, pela passagem dos seus 132 anos de Emancipação Política, que ocorrerá no dia 17 de agosto do corrente.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Vossa Excelência Reverendíssima, **Dom José Luiz Ferreira Salles**, Bispo da Diocese de Pesqueira, com endereço a Rua Cardeal Arcoverde 23 - Centro - Pesqueira/PE – CEP: 55.200-00; ao Reverendíssimo **Padre Joselito Siqueira de Araújo**, Pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, com endereço a Praça da Conceição, 114 – Centro – Pedra/PE – CEP: 55.280-00; ao Excelentíssimo Senhor **José Tenório Vaz**, Prefeito do Município de Pedra /PE, com endereço a Rua Rufino Marques, 03 - Centro - Pedra/PE - CEP: 55280-00; ao Excelentíssimo Senhor **Elias Sidclei Oliveira Soares**, Vice-Prefeito do Município de Pedra, com endereço a Rua Rufino Marques, 03 - Centro - Pedra/PE - CEP: 55280-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Gilberto Junior Wanderley Vaz**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pedra, com endereço a Praça Imaculada Conceição, 13 - Centro - Pedra/PE - CEP: 55280-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Leandro Leite de Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores de Pedra, com endereço a Praça Imaculada Conceição, 13 - Centro - Pedra/PE - CEP: 55280-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Emerson Gomes de Lira**, Câmara Municipal de Vereadores de Pedra, com endereço a Praça Imaculada Conceição, 13 - Centro - Pedra/PE - CEP: 55280-00; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jocivan Neto Cavalcanti**,

